

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA**

MARIA JARDELENE LOPES HIGUERA

**E.M.E.F. DOM HENRIQUE GELAIN: AÇÕES PARA VALORIZAÇÃO E
PRESERVAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR E SEU ENTORNO**

VACARIA

2022

MARIA JARDELENE LOPES HIGUERA

**E.M.E.F. DOM HENRIQUE GELAIN: AÇÕES PARA VALORIZAÇÃO E
PRESERVAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR E SEU ENTORNO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, tendo como área de concentração o Ensino de História e como linha de pesquisa Linguagens e Cultura no Ensino de História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Katani Maria Monteiro Ruffato.

**VACARIA
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

H638e Higuera, Maria Jardelene Lopes
E.M.E.F. Dom Henrique Gelain [recurso eletrônico] : ações para
valorização e preservação do espaço escolar e seu entorno / Maria Jardelene
Lopes Higuera. – 2022.
Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de
Pós-Graduação em História, 2022.

Orientação: Katani Maria Monteiro Ruffato.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. História - Estudo e ensino. 2. Patrimônio cultural - Estudo e ensino. 3.
Educação - Vacaria (RS). 4. Cidadania. 5. Identidade. I. Ruffato, Katani
Maria Monteiro, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 37.016:94

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

E.M.E.F DOM HENRIQUE GELAIN: AÇÕES PARA A VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR E SEU ENTORNO

Maria Jardelene Lopes Higuera

Trabalho de Conclusão de Mestrado submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração: Ensino de História: Fontes e Linguagens. Linha de Pesquisa: Linguagens e Cultura no Ensino de História.

Caxias do Sul, 30 de maio de 2022.

Banca Examinadora:

Dra. Katani Maria Monteiro Ruffato
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Daniela Pistorello
Universidade da Região de Joinville

Dra. Juliane Petry Panozzo Cescon
Universidade de Caxias do Sul

Dedico este trabalho aos meus meninos, Rafael (marido) e Miguel (filho), que me acompanharam nesta jornada, apoiando e incentivando-me.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Rosa e Sebastião, pelo apoio aos meus estudos, pela compreensão às minhas escolhas, aos meus irmãos Letícia e Rômulo por partilharmos essa vivência juntos.

Sou grata à minha orientadora professora Katani Maria Monteiro Ruffato, pela disponibilidade, paciência e por guiar-me nesta pesquisa.

Aos nossos professores do programa de mestrado, onde tive o prazer e a oportunidade de aprender e, por tornarem nossa jornada mais leve, professora Eliana Gasparini Xerri, professora Eliana Rela, professora Juliane Petry Panozzo, professora Terciane Ângela Luchese, Cristine Fortes Lia e o professor Roberto Radünz, meu muito obrigada.

Agradeço também à E.M.E.F Dom Henrique Gelain, pela confiança em meu trabalho e por permitir o contato com os arquivos da escola.

Agradeço às minhas colegas do programa de mestrado, por esta etapa compartilhada, pelo apoio nos momentos de angústia e pelos vários momentos de descontração e risadas.

Finalmente, agradeço a Deus, pelo dom da vida, pela possibilidade de vivê-la e pela oportunidade de ter participado dessa grande experiência que foi o mestrado.

“Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o
mundo”
(Paulo Freire)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo promover a reflexão sobre o exercício da cidadania a partir da proposição de um projeto de educação patrimonial que oportunize a participação efetiva dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Henrique Gelain, situada no bairro São José, bairro periférico da cidade de Vacaria, no interior do Rio Grande do Sul, onde a mestranda atua como professora de História. Para o desenvolvimento desse estudo foi concebido, sistematizado e construído o projeto *Como eu vejo os lugares por onde ando: construindo histórias, formando cidadania* o qual segue como principais referências metodológicas as orientações da Cartilha de Educação Patrimonial do IPHAN (2016) e a dissertação *Descobrimo o valor das coisas ao meu redor*, de Ana Paula Almeida (2017), além de autores que discutem noções de patrimônio, educação patrimonial e as relações com o ensino de História. Para a construção do projeto de educação patrimonial foi realizada uma contextualização histórica da cidade de Vacaria, do bairro São José e da escola Dom Henrique Gelain com a utilização de fontes documentais e bibliográficas para um melhor entendimento sobre as condições socioeconômicas que caracterizam a comunidade escolar, em especial dos estudantes e seus grupos familiares. Espera-se que o projeto *Como eu vejo os lugares por onde ando: construindo histórias, formando cidadania* sirva como referência a outros profissionais da educação básica de ensino que estejam interessados em atividades voltadas para a construção de identidades, valorização de espaços coletivos, reconhecimento e fortalecimento da cidadania onde os alunos são estimulados a serem protagonistas de ações de construção de histórias plurais.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação Patrimonial; Cidadania; E.M.E.F. Dom Henrique Gelain; Identidade.

ABSTRACT

This dissertation aims to promote reflection on the exercise of citizenship based on the proposition of a heritage education project that provides an opportunity for the effective participation of students from Dom Henrique Gelain Municipal Elementary School, located in São José, a peripheral neighborhood of the town of Vacaria, in the countryside of Rio Grande do Sul, where the master's student works as a History teacher. For the development of this study, the project *How I see the places where I walk: building stories, forming citizenship* was conceived, systematized and built, which follows as main methodological references the guidelines of the IPHAN Heritage Education Booklet (2016) and the dissertation *Discovering the value of things around me*, by Ana Paula Almeida (2017), as well as authors who discuss notions of heritage, heritage education and the relationship with the teaching of History. For the construction of the heritage education project, a historical contextualization of the town of Vacaria, the São José neighborhood and the Dom Henrique Gelain school was carried out using documentary and bibliographic sources for a better understanding of the socioeconomic conditions that characterize the school community, especially students and their family groups. It is hoped that the project *How I see the places where I go: building stories, forming citizenship* will serve as a reference for other professionals in basic education who are interested in activities aimed at building identities, valuing collective spaces, recognition and strengthening of citizenship where students are encouraged to be protagonists of actions for the construction of plural stories.

Keywords: Teaching History; Heritage Education; Citizenship; Dom Henrique Gelain Municipal Elementary School; Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Marco jesuítico de 1692	20
Figura 2 – Mapa com a Divisão do RS por municípios, 1822.....	21
Figura 3 – Serraria Dos Minella, próxima ao Rio Santana - Vacaria, aproximadamente 1956. Caminhão de Mário Gil Guizolfi	23
Figura 4 – Localização atual do município de Vacaria	24
Figura 5 – Notícia da imprensa sobre a Associação dos Moradores do Bairro São José (2002)	26
Figura 6 – Escola Dom Henrique Gelain (2000).....	28
Figura 7 – Creche Doce Infância, hoje o Clube de Mães do Bairro São José.....	28
Figura 8 – Novo prédio da Educação Infantil, com o nome de Escola Municipal de Educação Infantil Dom Henrique Gelain.....	29
Figura 9 – Mapa atual da localização da E.M.E.F Dom Henrique Gelain e arredores	30
Figura 10 – Mudança na Fachada da Escola.....	44
Figura 11 – Identificação do Projeto.....	45
Figura 12 – Patrimônio	45
Figura 13 – Memória	46
Figura 14 – Identidade.....	46
Figura 15 – Formação da Consciência Histórica.....	47
Figura 16 – Filosofia.....	47
Figura 17 – Histórico da Escola.....	48
Figura 18 – Patrono da Escola	48
Figura 19 – Apresentação da Mestranda	49
Figura 20 – Referências do Projeto	49
Figura 21 – Planejamento das ações didáticas	62

LISTA DE ABREVIATURAS

Apud	Citado por
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEED	Conselho Estadual de Educação
DCOMVAC	Documento Curricular Orientador do Município de Vacaria –
E.M.E.F.	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPC	Inventário Participativo de Patrimônio Cultural
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
PPP	Projeto Político Pedagógico
RCG	Referencial Curricular Gaúcho
RS	Rio Grande do Sul
SMED	Secretaria Municipal de Educação
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 VACARIA, UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO.....	20
2.1 O COMEÇO DE TUDO, A CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA DOM HENRIQUE.....	27
2.2 MINHA CONSTITUIÇÃO COMO PROFESSORA	32
2.3 OS PRIMEIROS PASSOS... ..	35
3 O PROJETO “COMO EU VEJO OS LUGARES POR ONDE ANDO: CONSTRUINDO HISTÓRIAS, FORMANDO CIDADANIA”	41
3.1 PRIMEIRO MÓDULO, A PROPOSTA	43
3.2 SEGUNDO MÓDULO: MINHA IMPORTÂNCIA, A IMPORTÂNCIA DA MINHA ESCOLA E A IMPORTÂNCIA DO MEU BAIRRO	50
3.3 TERCEIRO MÓDULO: O PATRIMÔNIO À MINHA VOLTA	60
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	67
ANEXOS	70

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte das minhas inquietações desde que assumi o cargo de professora na Rede Municipal de Ensino de Vacaria, Rio Grande do Sul, no ano de 2012. Na época, sem nenhuma experiência docente e com apenas os estágios da faculdade e do magistério como referência em sala de aula, tive meu trabalho questionado assim que assumi, mas em hipótese alguma, a recepção pouco afetuosa me fez pensar em desistir da profissão. No início, preocupava-me muito em como iria conduzir meu trabalho; outro motivo de preocupação era o “domínio de sala de aula”: como trabalhar com adolescentes, numa matéria tida por muitos deles como chata? Hoje, todos já sabem, do 6º ao 9º ano, que sou a “profe” de História e ainda ouço aquele “Ahhhh”, em alusão ao reconhecimento de minha pessoa. Atuando como professora de História em uma escola municipal, na qual uma das principais características é a carência socioeconômica dos alunos, cheguei à proposta aqui apresentada. Ela visa exatamente ir ao encontro do aluno, dando-lhe oportunidade de protagonismo, de mais visibilidade, incentivando-o a construir ideias de pertencimento, cidadania, autoestima e valorização do espaço escolar e seu entorno. Para tanto, considero a educação patrimonial um caminho potente para despertar essas noções nos estudantes.

Conhecer, respeitar, preservar, problematizar e valorizar o patrimônio cultural são noções básicas quando se refere à educação patrimonial. Com um amplo trabalho e uma longa história desde 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pauta seu percurso na produção de conhecimentos, utilizando de metodologias, conceitos, ações educativas e discussões teóricas para que, de fato, projetos voltados às questões do patrimônio cultural e de educação patrimonial tenham eficácia em relação a seus preceitos. As relações entre educação e, de forma mais específica, entre ensino de História, patrimônio e cidadania, movem este trabalho. Assim, destaco como o Guia Básico de Educação Patrimonial (2014) entende essas relações:

Os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (GUIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, 2014, p.19)

Nessa perspectiva de ações do IPHAN, destaco ainda, a produção do Manual de Aplicação de Educação Patrimonial: Inventários Participativos, publicado em 2016, o qual servirá de referência para o projeto que pretendo desenvolver com alunos da Escola Municipal

de Ensino Fundamental Dom Henrique Gelain, situada no município de Vacaria, no Rio Grande do Sul, onde atuo como professora de História.

A escola, tal como ela é, apresenta muitos desafios. Dentre tantos, destaca-se a promoção da autoestima e empoderamento dos alunos e, inclusive, de professores¹. Mas afinal, o que é ser empoderado ou tornar-se empoderado, dentro da educação? Conforme Baquero (2017):

[...] o empoderamento, como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder (BAQUERO apud JOAQUIM; PESCE, 2017, p. 191).

Assim, podemos compreender o empoderamento dentro da educação e no ensino de História, como um “passaporte para a liberdade”, metaforicamente relacionando, ou seja, empoderar-se é tornar-se capaz de pensar além, de pensar não somente para si e sim pensar junto com o grupo, a comunidade. Dessa capacidade pode vir a mudança, quando se consegue ir além do que se costumava. O empoderamento traz consigo a força social, que transmuta e é capaz de favorecer as relações sociais. Tendo em vista que a educação patrimonial é norteadora deste trabalho, o intuito é justamente mobilizar os estudantes para a mudança de pensamento em relação ao valor do que os rodeia, a suas capacidades, aos patrimônios que constituem suas experiências de vida. Almejar essa mudança de pensamento está imbricado no paralelo entre empoderamento e autoestima.

O termo autoestima tem aqui um valor muito significativo e serviu como uma noção que justifica o interesse em problematizar nesta pesquisa as vinculações entre ensino de História, patrimônio e cidadania, como já dito. Autoestima pode ser entendido, segundo Franco (2009), da seguinte maneira:

[...] acreditamos que, desde o nascimento, o homem encontra-se cercado por atribuições de valores positivos e negativos; a autoestima é, então, vista enquanto uma valoração que o sujeito faz do que ele é, sendo construída nas relações que mantém com o mundo. Desta forma, a autoestima não é natural, dada ou inata ao homem. Ela é algo tênue, que surge das diferentes formas pelas quais significamos as situações vividas ao longo da vida, ou seja, se prevalecentemente de modo positivo ou negativo,

¹ Em minha prática profissional observo que o que pode promover a autoestima de alunos e professores é o reconhecimento. No que diz respeito aos alunos, trata-se de reconhecer que fizeram um bom trabalho, pois ser elogiado é tão gratificante quanto a nota recebida. Com relação aos professores, o reconhecimento dado, tanto por parte da direção, quanto dos alunos, ao trabalho por eles realizado. Aqui não cabe falar em valores monetários e sim valorizar a competência profissional.

ainda que as significações, em muitos casos, sejam contraditórias e nem sempre claras (FRANCO, 2009, p.326).

Significar as situações vividas pelos alunos a partir de um projeto de educação patrimonial pode resultar em um processo de reconhecimento e valorização de si e de seu entorno para uma atuação social cidadã, já que, para Franco (2009, p. 332) “[...] essa é a mediação que a educação deve exercer: formar indivíduos capazes de perceber o real e de superar a realidade”. De acordo com Pelegrine (apud CIAMPI, 2015, p. 67) “[...] a educação patrimonial deve ser levada a sério, uma vez que pode suscitar a consciência de preservação e, quiçá, promover a autoestima dos mais variados segmentos sociais ou comunidades para que eles se percebam como cidadãos e valorizem seus bens culturais”.

Sabemos que nossos alunos não chegam na escola como uma folha em branco, eles já possuem conhecimento empírico, ou seja, o conhecimento que se adquire através da observação e de suas relações interpessoais. Cabe a nós, professores, estimulá-los da melhor forma, seja através do diálogo, do desafio, da reflexão ou do desenvolvimento das potencialidades que esses alunos têm. Desejamos torná-los pessoas críticas e autônomas, capazes de posicionar-se diante da sociedade e das representações por ela produzidas e, para os fins deste estudo, problematizar “[...] as histórias e memórias, heranças transmitidas como bens materiais e imateriais que formam o patrimônio cultural das diferentes comunidades” (CIAMPI, 2015, p. 68).

Podemos argumentar que a potencialidade da vinculação entre ensino de História e educação patrimonial surge da necessidade de afirmações diante do desconhecido, ou daquilo a que os alunos não têm acesso. Justamente por não conhecer, ocorre a desvalorização, tanto do espaço escolar, como do lugar a que pertencem, ao mesmo tempo em que demonstram uma supervalorização ao lugar do “outro”, gerada pelo sentimento de inferioridade. Infelizmente, essa inferiorização, a qual eles mesmos se atribuem, surge pela falta de conhecimento da própria identidade. Assim, algumas noções que derivam dos estudos sobre o patrimônio cultural podem ser objeto de discussão em aulas de História, tais como identidade, respeito, participação, apropriação e conservação dos bens e do meio em que o aluno está inserido.

Para reforçar essa ideia, o apontamento de Apolinário (2012) nos ajuda a entender que:

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no cidadão o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva (APOLINÁRIO, 2012, p. 56).

A partir dessa abordagem percebemos a ligação entre sujeito-escola-comunidade. Somente com o entendimento desses três elementos teremos a compreensão da identidade, do pertencimento, e dos direitos e deveres que caracterizam a cidadania. Desta forma, Apolinário (2012) afirma que:

A necessidade de trabalhar o patrimônio cultural nas escolas fortalece as relações das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas, com estes bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio e fortalecendo a vivência real com a sua cidadania num processo de inclusão social (APOLINÁRIO, 2012, p. 57).

Sendo assim, a Educação Patrimonial se mostra um instrumento pedagógico ativo para a promoção da autoestima e do exercício da cidadania.

No que tange às relações entre educação patrimonial e o ensino de História, torna-se necessária uma discussão sobre a ideia de patrimônio cultural como categoria central para a prática pedagógica que se pretende efetivar no ambiente escolar, a fim de melhor compreendê-lo. Neste sentido, o Manual de Aplicação de Educação Patrimonial: Inventários Participativos, em conjunto com a dissertação da Ana Paula Santos de Almeida, do PPGH-UCS, servirá de aporte teórico e metodológico para essas considerações, já que trabalhar na escola com educação patrimonial requer estabelecer vínculos e partir do entendimento que os alunos têm sobre o que seja patrimônio. O que é considerado patrimônio para eles, qual a importância que a escola E.M.E.F. Dom Henrique Gelain tem em suas vidas, o que os arredores da escola têm a oferecer e que valores atribuem à comunidade onde vivem, que histórias sobre a escola e o bairro são contadas entre as famílias que ali habitam? Essas são as principais indagações a partir das quais se dará a participação dos alunos neste trabalho.

As ações que visam o trabalho com a educação patrimonial deixam sempre explícita a coletividade, não é uma pessoa, é um conjunto de pessoas que faz o trabalho acontecer, é um processo no qual o grupo, o coletivo, é produtor de referências culturais. O Guia Básico de Educação Patrimonial assim se refere a este processo:

[...] as iniciativas educativas devem ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente (GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, 2014, p. 20).

Em relação ao significado de referência cultural, conceito central neste estudo, enfatizo a definição sugerida pelo Guia Educação Patrimonial: Inventários Participativos (2016):

O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações. Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um bem - um bem cultural - e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros (BRASIL, IPHAN, 2016, p. 7).

Utilizando-se dessa explicação, pretendo articular com os alunos a exploração das possibilidades que eles têm em identificar os elementos que constituem a cultura do lugar, e que tenham significância para eles.

Para Crosara (2011, p. 59) “[...] pensar em educação para o patrimônio cultural, enquanto fonte de conhecimento e enriquecimento individual, busca levar as pessoas a um processo ativo de apropriação e valorização de uma tradição”, figurando, assim, como algo indispensável para seu reconhecimento perante a sociedade em que vive. Ramos e Silveira (2015, p. 6) completam essa ideia ao afirmar que “[...] o patrimônio cultural assume, assim, um lugar importante nas preocupações referente às identidades”.

A escola e seu entorno são os lugares a serem explorados e conhecidos pelo protagonismo dos estudantes nesta articulação entre ensino de História e educação patrimonial, a fim de promover um sentimento de pertencimento e desejo de preservação daquilo que for manifestado como sendo um bem patrimonial, seja ele material ou imaterial. Zarbato (2017) assim argumenta sobre a importância do estudo do patrimônio no espaço escolar:

Neste processo de inserção do patrimônio cultural no ambiente escolar, objetivamos desenvolver com os estudantes a busca de sua identidade através da herança cultural que o representa. Isso porque a educação patrimonial promove um melhor aprendizado para a questão cultural, despertando o interesse em conhecer as identidades que constituíram as manifestações das histórias e as composições dos lugares de memória. Um dos elementos, que surge neste processo de conhecimento patrimonial, é a investigação sobre a história local, a qual apresenta as diferentes formas de vida, no presente e no passado (ZARBATO, 2017, p. 37).

A educação patrimonial, aliada ao ensino de História, possibilita ao aluno a compreensão da memória e da identidade que se constroem de forma dinâmica. Sobre esta abordagem, o Documento Curricular Orientador do Município de Vacaria – DCOMVAC (2019) propõe que:

Todas essas considerações de ordem teórica devem considerar a experiência dos estudantes e educadores, tendo em vista a realidade social e o universo da comunidade escolar, bem como seus referenciais históricos, sociais e culturais. Ao promover a diversidade de análises e proposições, espera-se que os alunos construam as próprias interpretações, de forma fundamentada e rigorosa (DCOMVAC, 2019, p. 92).

Uma das funções do conhecimento histórico, segundo consta na DCOMVAC (2019, p. 90) “[...] é perceber a forma como os indivíduos construíram, com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem, suas instituições e organizações sociais”. Neste aspecto, ocorrerá a possibilidade de dialogar com os alunos sobre os conhecimentos produzidos, seja em relação à trajetória da escola, da comunidade, como também, daquilo que consideram um patrimônio, promovendo uma relação de respeito, identificação e desejo de preservação.

Volta-se a Zarbato (2017) para reforçar a potencialidade da relação entre patrimônio cultural e ensino de História, já que uma investigação deste tipo compreende,

[...] a necessidade de fundamentar as práticas de preservação, manutenção de elementos patrimoniais a partir de diferentes interpretações de textos, fontes, imagens, narrativas e ações educativas. Visamos analisar a concepção patrimonial não como um elemento homogeneizador das práticas culturais, mas como um referencial histórico relacionado à memória de diferentes grupos e sua contribuição na história das pessoas, das cidades, das próprias crianças, uma vez que reconhecer os espaços históricos e a relação com a sua vida, contribui para a formação da consciência histórica (ZARBATO, 2017, p. 33).

Este estudo vai na contramão de um ensino de História tradicional, não reflexivo e por muitas vezes distante da realidade dos alunos. Assim, quando o professor segue somente o livro didático, de forma mecânica, não utilizando outros recursos e metodologias, ele deixa de estimular novas reflexões e leituras de mundo, reproduzindo a enfadonha “memorização”, que nas palavras de Fernando Seffner (2013, p. 50) “[...] não se constitui em aprendizagem significativa na disciplina de História”. Buscar a aquisição de uma aprendizagem significativa contribui para desenvolver um trabalho onde os alunos, suas histórias e memórias passam a ser os objetos de estudo.

A Educação Patrimonial permite essa leitura de mundo e é um instrumento de “alfabetização cultural” que mobiliza o indivíduo a refletir sobre sua própria realidade e as representações que se constroem dela. O entendimento destas questões torna-se fundamental para a constituição de uma prática de cidadania que promova outras formas de interações sociais e maneiras de ver e transformar as diferentes realidades. Segundo Crosara (2011):

A educação patrimonial não é uma educação somente para o patrimônio, nem somente sobre o patrimônio, envolve conceitos como cidadania e democratização e transformação nas atitudes e ideias, recuperação da autoestima, reintegração de excluídos, etc. A educação patrimonial, mais do que uma atividade pedagógica, um processo metodológico ou uma atividade paralela aos currículos escolares, é uma perspectiva teórica. [...] Trabalhando dessa forma, se consegue resgatar a memória de

um lugar para, então, se fazer um reconhecimento e uma comparação com o lugar na atualidade, favorecendo o processo de pertencimento e de identificação por parte de quem o faz. A metodologia da Educação Patrimonial tem seus princípios na Arqueologia onde a investigação tem que ser feita em campo, no seu local de manifestação, e não por meio de dados secundários (CROSARA, 2011, p. 61).

Pensando na garantia de uma aprendizagem significativa² e participativa, este trabalho pretende viabilizar uma efetiva participação da comunidade escolar na construção do conhecimento, pois, segundo Crosara (2011), este envolvimento:

[...] também é importante, para que as pessoas comprometidas com a atividade se sintam responsáveis pelos bens de sua cidade, bairro ou rua e para que a preservação desses bens seja tratada como uma responsabilidade pessoal, como se cuidassem de uma herança familiar (CROSARA, 2011, p. 62).

Considerando o processo de valorização e a construção de identidades culturais, sejam elas individuais ou do grupo, as argumentações de Apolinário (2012) sobre as potencialidades da educação patrimonial reforçam a relevância deste estudo, já que “[...] é preciso que as marcas identitárias locais sejam evidenciadas, valorizadas e preservadas de forma sustentável pelas comunidades que as ressignificam continuamente através da Educação Patrimonial (APOLINÁRIO, 2012, p. 59).

A prática de Educação Patrimonial numa escola municipal de periferia, como está sendo proposta aqui, não é por mera casualidade. Como professora dessa escola, percebo a necessidade desse investimento. O aluno necessita reconhecer-se, perceber-se, e compreender-se como cidadão do mundo e, portanto, sujeito de direitos e deveres. Ele necessita desse olhar, desse apreço, de um despertar do cuidado com ele mesmo e com o lugar ao qual pertence. Apolinário (2012), mais uma vez, explicita a importância da educação patrimonial como prática educativa que põe em movimento o conhecimento sobre as expressões culturais, a memória e constituição de identidades individual e coletiva:

A Educação Patrimonial torna-se, assim, um processo constante de ensino/aprendizagem que tem o Patrimônio como objetivo central e foco de ações. É nesse tópico que se encontra a fonte primária de atuação que vem enriquecer e fortalecer o conhecimento individual e coletivo de uma nação, de uma região e de uma localidade sobre sua cultura, memória e identidade (APOLINÁRIO, 2012, p. 59).

² “Aprendizagens significativas em História: critérios de construção para atividades em sala de aula” é um texto de Fernando Seffner (2013, p. 53) onde o autor salienta, dentre outras definições, que “o que estamos denominando de aprendizagem significativa em História [...] serve para modificar, de alguma forma, impressões e opiniões que o indivíduo tem a respeito da situação presente”.

Este trabalho, que articula educação patrimonial e ensino de História, está sendo pensado na perspectiva de uma educação prática, crítica e reflexiva que possa mobilizar os estudantes para o conhecimento, reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio que constitui suas identidades. O olhar para si e seu passado, num ato de memória que se dá no presente, poderá permitir aos estudantes a aquisição de uma consciência sobre as contingências que os inserem numa determinada realidade e, quiçá, possam transformá-la. Para Pereira e Seffner (2008):

Ensinar história na escola significa permitir aos estudantes abordar a historicidade de suas determinações socioculturais, fundamento de uma compreensão de si mesmos como agentes históricos e das suas identidades como construções do tempo histórico. O presente, que é o espaço/tempo dos estudantes, de onde eles olham para si mesmos e para o passado, torna-se histórico, na medida em que, passo a passo, o professor de História consegue historicizar as instituições, as políticas, os modelos culturais, os modos de ser e, sobretudo, as identidades. Trata-se de levar as novas gerações a conhecerem suas próprias determinações, a construir relações de pertencimento a um grupo, a uma história coletiva e a lutas coletivas (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 119).

É o estímulo constante e com diferentes formas de abordagens educativas que poderá levar os alunos a participar, juntamente com os demais sujeitos da comunidade escolar, na constituição daquilo que será reconhecido como patrimônio, como algo que os identifica, que tem valor enquanto bem a ser preservado. Este é o desafio do projeto de educação patrimonial que será aqui apresentado. Antes, apresenta-se um breve contexto histórico da cidade de Vacaria, onde se passa esta história.

2 VACARIA, UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

A cidade de Vacaria, localizada nos Campos de Cima da Serra, região nordeste do Rio Grande do Sul, tem uma história bem mais longa do que seus 171 anos oficiais (figura 1). De acordo com as autoras Abreu, Giron e Giroto (2013):

A região de Vacaria é a de povoamento mais antigo do Rio Grande do Sul. Formou-se do caminho das Missões e da criação extensiva do gado dos jesuítas. A presença de “Soldados de Cristo” na região data do século XVII, o que é atestada pelo marco de pedra polida, cuja origem não foi identificada, onde se encontra “*a sugestiva data 1622, a qual, segundo Taunay e padre Geraldo Pauwels representa o mais antigo monumento do Rio Grande do Sul*” (IBGE). Assim, o marco de Vacaria seria um dos mais antigos monumentos do Estado gaúcho. Na verdade, a informação do IBGE é equivocada. O marco traz a data de 1692, prova de que a ocupação dos campos do Planalto pela criação missioneira é anterior a 1697, data do primeiro registro de entrada do gado missioneiro. De qualquer forma, a presença europeia no Norte do Continente de São Pedro é anterior à fundação do Forte do Rio Grande (1727), sendo contemporânea à da Colônia do Sacramento (1680) (ABREU; GIRON; GIROTTO, 2013, p. 20).

Figura 1 – Marco jesuítico de 1692



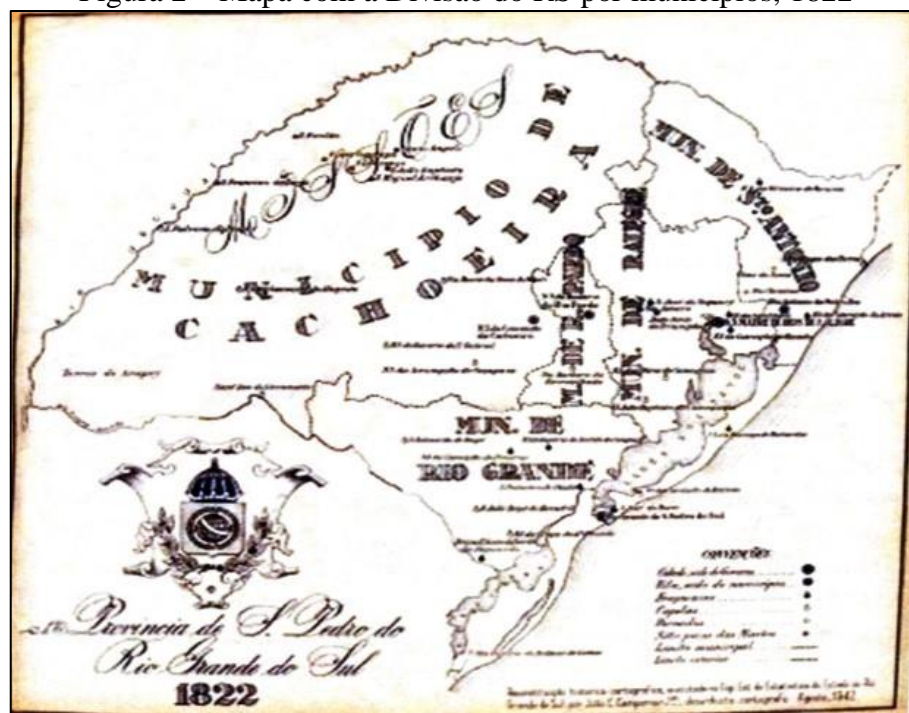
Fonte: Arquivo Pessoal Manoela Grazziotin. Pedra encontra-se no Museu Municipal Dr. Adhemar Antônio Martins Pinotti.

O estudo citado acima nos permite inferir como se deram as primeiras presenças humanas na região, porém, apesar das doações das sesmarias pelo reino português, o povoamento ainda demorou a ser efetivado de fato.

Apesar de sua ocupação antiga, só em 1768 Vacaria foi reconhecida como povoado, quando a sua capela (de 1761) foi elevada à freguesia, sendo nomeado um pároco. “O lugar onde foi erguida a capela fazia parte da sesmaria de Manoel Rodrigues de Jesus. Muitos anos mais tarde, em 1847, a herdeira das terras, Inácia Rodrigues de Jesus, casada com Francisco Borges Vieira, doou para Nossa Senhora da Oliveira a área de terras onde hoje se situa a cidade de Vacaria”.

Aliando aos dados históricos, revelados por Abreu, Giron e Giroto (2013), a descrição de como se iniciaram os primeiros povoamentos destas terras nos faz pensar e refletir sobre como é a cidade na atualidade, (figura 2). Foi um processo longo e diferente de outras cidades do estado, que tiveram a imigração italiana e alemã como marco de fundação. Como destaca Abreu, Giron e Giroto (2013, p. 22), “O alvará de 20 de outubro de 1805 tornou Vacaria distrito de Santo Antônio da Patrulha. A partir de então, os habitantes com alta renda poderiam concorrer à Câmara Municipal, que funcionava na sede municipal, em Santo Antônio da Patrulha”. Aqui já se percebe as divisões sociais existentes até então, a questão de ter o poder aquisitivo é o que seleciona quem poderia atuar politicamente na sociedade.

Figura 2 – Mapa com a Divisão do RS por municípios, 1822



Fonte: ABREU; GIRON; GIROTO (2013, p. 25)

As autoras descrevem, ainda, aspectos do povoamento da cidade e de sua organização administrativa:

Vacaria continuou como distrito até 22 de outubro de 1850, quando foi elevada à vila ao se emancipar de Santo Antônio. Como outras pequenas povoações do império brasileiro, voltou a ser integrada a Santo Antônio e, em 1857, retornou a ser vila. Por fim, volta à condição de município em 1º de abril de 1878, pela Lei Provincial nº 1115.

Enquanto eram realizados os trâmites para a organização do município, ocorria também a ocupação legal e ilegal das terras vacarienses, dando-lhe nova configuração. Na medida em que crescia o número de fazendas aumentava o número de moradores livres e escravos.

Nas grandes fazendas ligadas à pecuária viviam diversos escravos que participavam como os lusos do povoamento regional. Os registros de batismo atestam que muitos moradores de Vacaria eram provenientes de outras regiões. Não eram apenas os açorianos os povoadores dos campos serranos. É interessante observar a mobilidade na região desde o século XVII. Tal mobilidade pode ser constatada nos registros de batismos e casamentos. Na região viviam pessoas vindas de muitos lugares; alguns eram militares, outros, funcionários públicos. Enfim, Vacaria estava ligada ao Brasil e à Portugal (ABREU; GIRON; GIROTTO, 2013, p. 23).

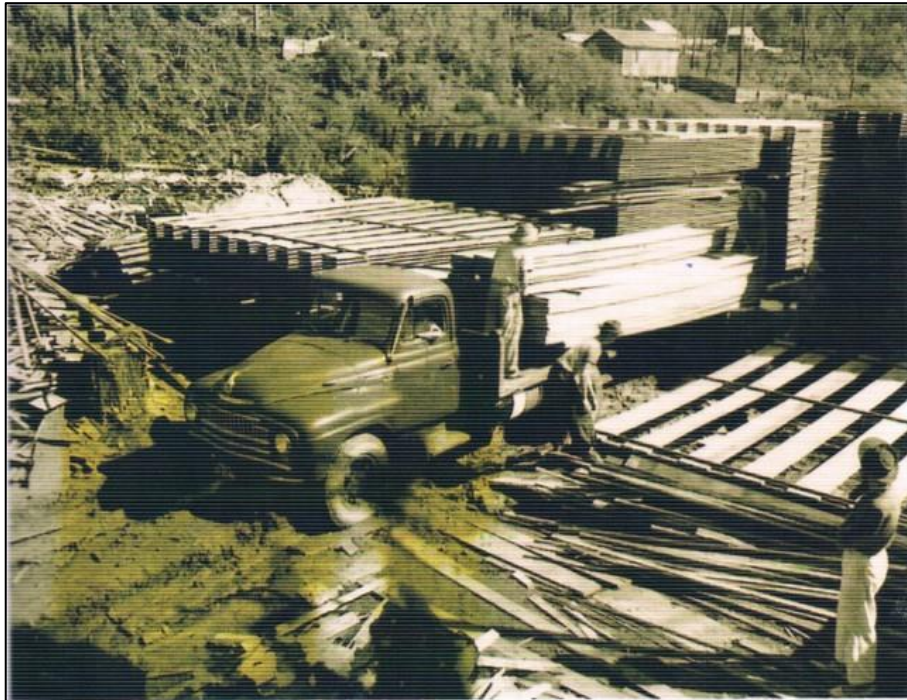
Os fatores culturais, econômicos e étnicos que determinaram a criação do município de Vacaria, estão em constantes transformações, como na economia, que outrora tinha na pecuária e no tropeirismo sua principal força. Hoje, ficam na lembrança dos mais antigos moradores e em obras como “Lembranças de Vacaria”, das autoras acima citadas, a qual nos enche de relatos sobre as memórias de como era a vida dos tropeiros, segue o relato:

Eu me lembro quando trabalhava nessas fazendas. Eu tanto tropeava com a tropa de animal, quanto tropa de boi. Nós comprávamos de uma fazenda e levávamos para outra, para depois, nós levarmos em Capinzal, mas nós levávamos até metade da estrada e, depois, o dono dos bois pagava e levava para onde fosse preciso. O número de tropeiros era de acordo com a quantia de bois. Que o certo da gente tocar é 50 bois para cada cavaleiro, então cada pessoa toca 50 bois. Se estamos com 100 bois com dois dá para tocar, tinha que pousar na estrada. Nós achávamos um lugar onde o corredor era bom, que tinha água para os bois “beber”. Então, lá pelo Morro Agudo ficava um corredor. ‘Daí’, um ficava mais ‘para lá’ atacando os bois para não irem nem pra lá nem pra cá, para, no outro dia, pegar os animais e eles tocarem todos ali - que o boi, a gente toca ele. Ele cansa e quando chega ali pelas oito horas a gente para e todos deitam. Se ninguém fizer um barulho meio grande, no outro dia, de madrugada, eles começam a ‘alevantar’. Que luta com aquelas coisas naquele tempo! Tinha que levar tropa de animal, de revezar, melhor dizendo. E um animal levava o camboio, que era a boia. A gente tinha que levar tudo e cada qual levava seu prato, sua xícara, porque nesse serviço *assim*, geralmente, tem um que é o patrão tem que conhecer os lugares para saber onde que nós podemos pousar com aqueles bois. Às vezes, a gente se obriga a fazer um pouso cedo porque de noite não tem onde ficar. Porque só a luz do dia e da noite que era a Lua que tudo ‘clareia’. (Elizário Vieira de Jesus) (ABREU; GIRON; GIROTTO, 2013, p. 106).

Vale ressaltar também a atividade das serrarias (figura 3), porém essa atividade não gerou grande impacto na economia local. Na década de 1950, quando começou uma intensa

exploração das araucárias na região, deu-se início à primeira atividade empresarial do município, a exemplo, como relatado novamente, na obra Lembranças de Vacaria:

Figura 3 – Serraria Dos Minella, próxima ao Rio Santana - Vacaria, aproximadamente 1956.
Caminhão de Mário Gil Guizolfi



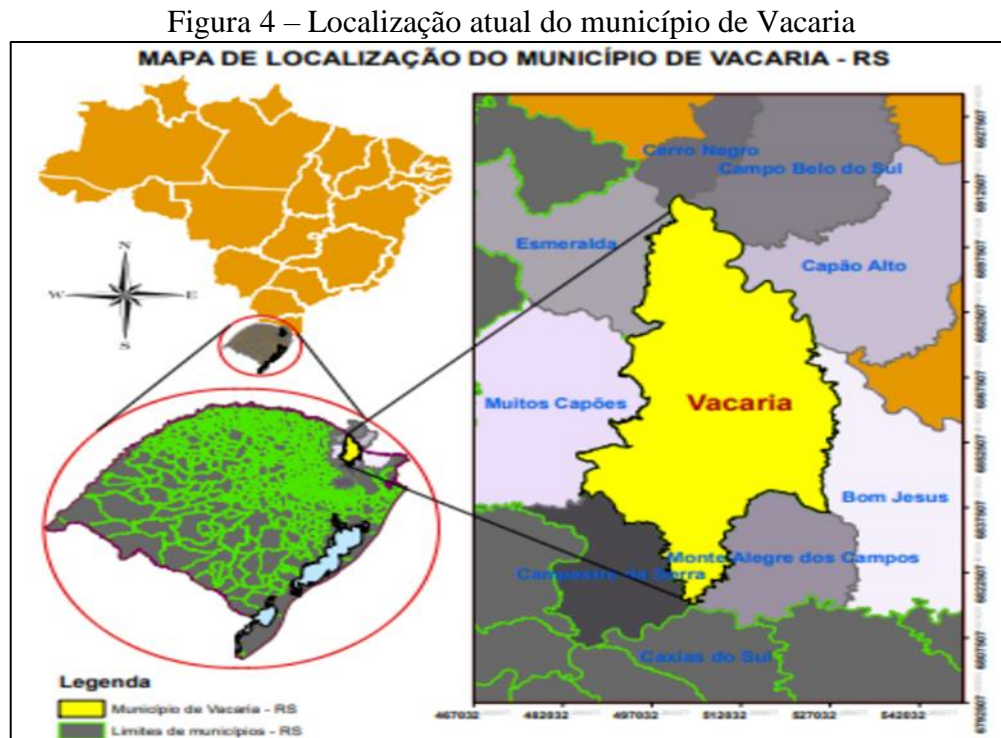
Fonte: ABREU; GIRON; GIROTTO (2013, p. 45).

Além da pecuária e de seus deslocamentos havia as serrarias, que ofereciam emprego e, ao mesmo tempo, transferiam parte da população da colônia para as matas dos campos e de uma mata para outra numa derrubada contínua. Pedro Sandi afirma que o trabalho da serraria era o mais gratificante de subsistência da colônia. As serrarias ofereciam apenas trabalho temporário. Acabada a derrubada da mata e o corte da madeira eles mudavam de lugar. A vida dos trabalhadores das serrarias era nômade. Já o capital por elas gerado não ficava nos lugares onde eram cortadas as matas. Era levado à Capital ou para as cidades em que viviam seus donos (ABREU; GIRON; GIROTTO, 2013, p. 45).

No entanto, na década de 1960 com o declínio da atividade madeireira, a crise econômica instalou-se na cidade, muitas casas comerciais fecharam, gerando desemprego. Com a crise, a pecuária volta a ser a principal atividade econômica da cidade. Porém, na década de 1970, na administração do então prefeito Marcos Palombini, deu-se início um projeto de incentivo ao cultivo da maçã, em pequena escala, por pequenos produtores, uma alternativa na época para minimizar a crise instalada. O cultivo da maçã deu bons resultados, sendo uma das principais atividades rurais e econômicas do município. Na atualidade, o cultivo da maçã mobiliza grande mão de obra nos pomares, e essa mobilização traz pessoas de diversas regiões do país, embora de forma sazonal, visto que alguns trabalhadores acabam se fixando na cidade,

enquanto outros trabalham apenas no período da colheita, retornando a seus lugares de origem quando finda esta atividade.

Vacaria, apesar de não ser um polo industrial expressivo, está em constante crescimento, e devido a esse crescimento, novas configurações urbanas começam a fazer parte da cidade, além dos bairros tradicionais já existentes. A seguir, vemos um mapa atual da cidade de Vacaria.



Fonte: LANA; WERLANG; SALDANHA (2018, p.108).

Com a demanda cada vez maior de pessoas vindas de outras cidades e regiões do país, surgem novos núcleos urbanos e, em uma dessas ampliações, surge o Bairro São José, onde está localizada a E.M.E.F. Dom Henrique Gelain, foco do nosso trabalho. Com uma história ainda a ser contada, pois não há estudos acadêmicos sobre o bairro, aqui nos valem de um trabalho realizado pela Secretaria de Educação do município, onde constam alguns dados referentes à história do Bairro São José (SMED, 2008):

A história do Bairro São José teve início em 24 de julho de 1984, data em que o então Prefeito, Marcos Palombini assinou a desapropriação de 10 hectares de terra, de propriedade do Sr. João Paim de Camargo, e sua esposa, Margarida Josita Rodrigues de Camargo, para a construção de casas populares.

As primeiras casas foram entregues no ano de 1985, constituindo a Rua Nova Vacaria. Os primeiros moradores do bairro, que então se chamava “Loteamento Mutirão”, foram o Sr. Bráulio Alves Duarte e a Sr.^a. Lourdes Jussara Ferreira Nunes, hoje funcionária da escola.

Os primeiros moradores relatam que no início, só havia uma rua, as crianças deslocavam-se para estudar nas escolas Duque de Caxias e Pedro Álvares Cabral, não havia transporte urbano e nem pontos de lazer.

Entre os moradores das 160 casas entregues pela prefeitura, muitos foram embora. As casas eram semiacabadas, divisórias internas formadas pelos móveis, havia banheiro, mas não havia água, luz e nem saneamento.

Os procedimentos para conseguir uma casa era a inscrição na Prefeitura, a qual fazia um sorteio, com critérios como o salário (máximo dois salários-mínimos). O primeiro morador estabeleceu-se para cuidar do material de construção destinado às primeiras casas. O primeiro nome do bairro (Mutirão) se deve ao caráter de mutirão em que as casas deveriam ser construídas (SMED, 2008, p. 55).

Os dados acima descritos foram retirados de um projeto realizado pela Secretaria de Educação da cidade, no ano de 2008, onde conta-se a história de todas as escolas da rede municipal e seus respectivos bairros. Este foi o único relato histórico que encontrei sobre a criação do Bairro São José. Destaca-se neste trabalho, a origem do Bairro São José, primeiramente possuindo apenas uma rua e as casas construídas em condição de mutirão, devido a isso, por muito tempo, o bairro chamou-se Mutirão. Para poder ganhar uma casa, fazia-se inscrição na prefeitura, para posteriormente ser sorteado, além disso, para poder participar, o futuro morador teria que receber no máximo dois salários-mínimos. As casas eram populares, possuíam banheiro, no entanto não havia água, luz e nem saneamento. E para as crianças poderem estudar, deviam se locomover a uma distância considerável até as escolas mais próximas.

Figura 5 – Notícia da imprensa sobre a Associação dos Moradores do Bairro São José (2002)

**SÃO JOSÉ É UM DOS BAIRROS
MODELOS DE VACARIA** Adelar/JSJ



A Associação dos Moradores do Bairro São José, foi fundada em 02 de setembro de 1.995, com o nome provisório de Associação do Bairro Mutirão. Em 22 de agosto de 1.998, foi oficialmente criado de fato e de direito. A Associação tem como presidente Doralino Lucas Portela. O bairro, nestes sete anos de existência, já tem asfalto nas ruas Nova Vacaria, Máximo Golin Paim e parte da Luiz Faccioli, além das outras ruas serem patroladas seguidamente e terem a rede de esgoto canalizada. Com o total apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, foi conseguido também a E. M. E. F. Dom Henrique Gelain e a construção da creche Doce Infância que funcionará junto à própria escola. A Associação juntamente com o Clube de Mães, também conseguiu, a instalação de um posto de saúde que funciona no Bairro Kennedy vizinho ao São José. Com relação a segurança do local, o presidente Lucas Portela, diz que graças as reuniões feitas com os órgãos responsáveis, hoje os moradores tem uma segurança eficiente pois as viaturas policiais passam diariamente nas ruas inibindo os delinquentes a praticarem qualquer tipo de crime. A Associação continua reivindicando algumas melhorias que são solicitações antigas dos moradores como a construção de um ginásio de esportes, um centro comunitário para festas populares, abrigos cobertos nas paradas de ônibus urbanos, a colocação de mais dois aparelhos de telefones públicos na parte baixa do bairro, construção de uma área de lazer com uma pracinha para as crianças usufruírem especialmente nos finais de semana e principalmente, o alongamento da Rua Luiz Faccioli (foto), até a Rua Padre Anchieta no Bairro São João, ligando os dois bairros, cuja extensão é de aproximadamente 500 metros. Finalizando, Lucas Portela salientou que haverá eleição para a troca de diretoria no final do mês de maio ou até o início do mês de junho.

JORNAL DA SERRA
VACARIA, SÁBADO, 17 DE ABRIL DE 2002

Fonte: Arquivo da E.M.E.F. Dom Henrique Gelain

Com o passar dos anos o Bairro São José cresceu, (figura 4) ganhou novas ruas, algumas sendo asfaltadas, outras patroladas, rede de esgoto canalizada, além de escola e creche. Entre outros benefícios, também o transporte público, recebendo paradas de ônibus coberta, inclusive uma área de lazer foi construída, mas, infelizmente, hoje está depredada.

O Bairro São José, é de fato um bairro de periferia, afastado do centro da cidade, em concordância com Kowarick (apud ALMEIDA, 2017, p. 22) “a periferia surge no cenário urbano para designar aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra”. Os alunos percebem esse afastamento tanto social e econômico como geográfico. Para esses alunos, é um “evento” se locomover até o centro da cidade, muitos faltam aula para isso, no dia seguinte, principalmente entre as crianças menores, a fala é “Fui na cidade com minha mãe”. São memórias que marcam, e histórias que faltam.

2.1 O COMEÇO DE TUDO, A CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA DOM HENRIQUE

A escola Dom Henrique Gelain³ (Figura 5) é uma escola da rede municipal que foi inaugurada em 22 de abril de 2000. Contando na época com 200 alunos, distribuídos nos turnos da manhã e tarde, tendo turmas da Pré-escola à quinta série, no início possuía 12 professores e os demais funcionários. Além da escola, funcionando conjuntamente, porém em prédio precário e separado, havia o atendimento da Educação Infantil, que exercia suas atividades com o nome fantasia de Creche Doce Infância, (Figura 6), atendendo em torno de 45 crianças. Com a crescente demanda, a escola Dom Henrique passou por ampliações e melhoramentos no ano de 2004.

³ Dom Henrique Gelain, nasceu no dia 12 de junho de 1910, em Nova Pádua, distrito de Flores da Cunha. Em 1923, ingressou no Seminário Central de São Leopoldo, onde estudou Filosofia, Teologia de Direito Canônico. Foi ordenado sacerdote em 28 de outubro de 1935.

Assumiu como Bispo na cidade de Cajazeiras, na Paraíba e após foi promovido para Diocese de Lins, São Paulo. Dom Henrique realizou importantes obras por onde esteve, criou mais de 20 paróquias, promoveu a criação de Diocese de Marília, pelos feitos é possuidor de vários diplomas de Cidadão Honorário.

Em Vacaria, tomou posse como Bispo Diocesano, em 12 de julho de 1964, onde ficou até o fim de sua vida, falecendo em 31 de dezembro de 1993.

Figura 6 – Escola Dom Henrique Gelain (2000)



Fonte: Arquivo da E.M.E.F. Dom Henrique Gelain.

Figura 7 – Creche Doce Infância, hoje o Clube de Mães do Bairro São José



Fonte: Arquivo da E.M.E.F. Dom Henrique Gelain.

A partir de 2002, foi inaugurado um novo prédio para o atendimento da Educação Infantil, desta vez respeitando todas as normas do Conselho Estadual de Educação, (figura 7), porém a Escola Dom Henrique continuou dividindo a administração, entre a Escola de Ensino Fundamental e a Educação Infantil, por oito anos houve essa unificação.

Figura 8 – Novo prédio da Educação Infantil, com o nome de Escola Municipal de Educação Infantil Dom Henrique Gelain



Fonte: Arquivo da E.M.E.F. Dom Henrique Gelain.

No ano de 2011 aconteceu o desmembramento administrativo do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, esta última passou a ter administração própria e passou a se chamar Escola de Educação Infantil Irmã Maria Érica Caimi.

Atualmente, a Escola Dom Henrique conta com 450 alunos, dentre o Pré II até o nono ano, divididos nos dois turnos. A escola atende essa grande quantidade de alunos, vindos não somente do Bairro São José, onde está localizada, mas também de bairros nos arredores, como Chácara das Palmeiras, Kennedy, Loteamento São Matheus e do interior do município. Segundo consta no Projeto Político Pedagógico da escola, o PPP (2019):

São alunos de classe baixa, alguns chegando à linha de pobreza, carentes e que são frutos de novas configurações familiares.

A Escola é o espaço dentro da comunidade onde se refletem os problemas sociais. A maioria das famílias de nossa comunidade apresenta carência afetiva, cultural e financeira, necessitando de políticas públicas voltadas às carências sociais.

A partir da realidade, o desafio desta Escola, no seu cotidiano, é construir relações democráticas entre todos os segmentos da comunidade, para tentar reverter estes dados (PPP ESCOLA DOM HENRIQUE GELAIN, 2019, p. 9).

Como salientado primeiramente, a Escola Dom Henrique Gelain é uma instituição de periferia, situada em um bairro distante do centro da cidade e, como tal, um bairro que apresenta dificuldades sociais. O estabelecimento de ensino surgiu pela necessidade dos moradores do Bairro São José, antigo Mutirão, mas, além desse bairro, a escola abrange os bairros São Matheus, Chácara das Palmeiras e Kennedy, além de alunos do interior, e todos apresentam situação de vulnerabilidade social.

Figura 9 – Mapa atual da localização da E.M.E.F Dom Henrique Gelain e arredores



Fonte: Google Maps

Atualmente o bairro conta com melhorias como água, luz, asfalto etc., o que não tinham anteriormente, porém apresenta carências sociais, afetivas, financeiras e culturais, além da autoestima muito baixa apresentada pelos alunos, o que reforça a importância do papel social que a escola tem em meio a esta comunidade. Infelizmente, o conhecimento acadêmico não é prioridade das famílias e isso se reflete dentro da escola. Em vista disso, surgiu meu interesse com o projeto de educação patrimonial, através do qual pretendo contribuir para sensibilizar as crianças para que tenham em sua comunidade o reflexo de si, ou seja, que possam ver que em seu passado está escrita a história de sua comunidade, sua história valorizando todos os aprendizados. No meio familiar, assim como com pessoas de sua convivência e sobretudo com a comunidade, seria um elo que uniria as redes de saberes, mas se, e somente se, houvesse o reconhecimento e valorização desses saberes.

Além desses problemas que a escola enfrenta, existe também a distorção idade/série, as evasões escolares, tendo como causas os casamentos precoces, gravidez precoce e as negligências familiares. Constam esses dados no PPP da Escola Dom Henrique Gelain (2019, p. 9).

Para solucionar o problema de distorção de idade/série, foi implantado na escola, no segundo semestre de 2019, um projeto piloto no município, chamado “Virando a Página”, que consiste em acelerar a escolarização dos alunos na forma de EJA (Educação de Jovens e Adultos). O projeto se utilizou na maior parte da mesma legislação, ou seja, dias letivos, forma de avaliação, mas com o diferencial de que as áreas de conhecimento foram divididas entre dois professores, desta forma, teriam um contato muito maior com os alunos, como acontece no currículo, formando, assim, um vínculo entre aluno e professor, facilitando o aprendizado.

Os professores tinham reuniões pedagógicas semanais com a supervisão da escola, para que avaliassem o trabalho e o desempenho dos alunos, podendo, assim, programar as aulas de forma mais particular, visando atender às dificuldades. Os alunos também eram chamados a cada quinze dias para expor as dificuldades encontradas e juntos poderem saná-las. Os alunos beneficiados com o Projeto foram aqueles que estavam matriculados no sexto ano do Ensino Fundamental, que apresentavam defasagem escolar em até dois anos de repetência. A opção pelo sexto ano se deu devido ao crescente número de repetentes que essa etapa escolar apresentava.

Em virtude do sucesso do programa, ao final de 2020 a turma encerrou as atividades, sendo que os alunos foram aprovados para o Ensino Médio com êxito, pois foi possível ver, além do aprendizado, um crescimento emocional muito grande na turma. Imensa foi a satisfação com a implantação deste Projeto Piloto, e ao final de 2020 os vereadores, juntamente com o poder Executivo, transformaram o mesmo em Lei Municipal. No ano de 2021 o projeto teria previsão de acontecer em mais duas escolas do município, mas, devido a Pandemia Covid – 19, não pôde ter início.

Para lidar com as várias situações que desembocam na escola, oriundas em grande medida, de uma condição humana desfavorável na qual vivem os alunos e seus familiares, muitos “chegando à linha da pobreza”, como já apontado acima, temos como eixo para as ações pedagógicas o Projeto Político Pedagógico da escola, que foi elaborado com apoio da comunidade e serve para situar aos que não conhecem esta realidade. Assim, o documento apresenta como metas:

A Escola deverá assumir como sua principal tarefa, uma boa convivência social, uma ênfase maior aos valores morais, proporcionar o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade, reduzir o índice de evasão, repetência e infrequência, preocupando-se com o aprender.

Desta forma, nos propomos a desenvolver um trabalho inovador, resgatando valores morais, espirituais e sociais, trocando experiências, preservando a nossa cultura, mostrando interesse e propiciando atualização constante do profissional da educação,

estimulado para ações proativas, dinâmicas e de comunicações abrangentes (PPP DOM HENRIQUE GELAIM, 2019, p. 30).

Dispondo do Projeto Político Pedagógico da E.M.E.F. Dom Henrique Gelain, que oferece um panorama das características socioeconômicas do público escolar e enfatiza os princípios norteadores das ações educativas, como a boa convivência social, a atenção aos princípios éticos que regulam esta convivência e o desenvolvimento de aprendizagens alicerçadas numa leitura crítica da realidade, este trabalho que vincula educação patrimonial e ensino de História pretende ser uma contribuição para as “ações proativas”, “dinâmicas” e “inovadoras” que devem pautar a atuação docente.

2.2 MINHA CONSTITUIÇÃO COMO PROFESSORA

No ano de 2012, fui nomeada para assumir como professora de História na escola Dom Henrique Gelain. Até então, sentia uma mistura de felicidade, porque finalmente iria trabalhar naquilo em que me formei, e medo, pois até aquela ocasião minhas experiências como professora haviam sido somente os estágios da faculdade e um estágio da época em que fiz o magistério. Após o estágio, pensei que nunca mais colocaria os pés em uma sala de aula. Embora o estágio do magistério tenha sido traumático, resolvi fazer uma faculdade e optei por História, pelo fato de gostar da disciplina na época de escola, e por ter convivido com alguns professores inspiradores, outros nem tanto. A estes professores, não digo maus, mas pouco fascinantes, sempre trago na memória, pensando em como não me tornar igual. As palavras de Santana e Pereira (2019, p. 2) definem, para mim, o que é ser professor:

[...] o professor é o sujeito que escolhe a docência como uma expressão da vida, aceitando o risco de atuar no território da imprevisibilidade, isto é, nos diferentes espaços educativos possíveis. Ou ainda, é o indivíduo que deseja o desejo do outro e, por isso, torna-se ponte para seus alunos conseguirem chegar a determinados pontos, considerando que, através da sua atividade profissional, constitui-se mediador (SANTANA; PEREIRA, 2019, p. 2).

Voltando a minha história, ao saber da minha nomeação, fui direto até a Secretaria de Educação procurar informações sobre como proceder para assumir a função. Nesse momento me deparo com a forma desdenhosa como se referiram à escola em que trabalho, através da fala “Só tem vaga no Dom Henrique, tu queres?” Não sabendo o motivo do desdém, falei que iria para onde me mandassem. Na manhã seguinte me dirijo à escola, para a apresentação formal, conhecimento do local e das turmas, carga horária, conteúdo a ser trabalhado, todos os trâmites.

Findada esta parte de conhecimento da escola, me retiro do local, para poder lidar com a parte burocrática da nomeação. Alguns anos depois chega ao meu conhecimento a seguinte fala, dita no momento de minha nomeação: “Essa daí não dura quinze dias aqui”. Realmente, não durei 15 dias e sim nove anos, até este momento, e o bom disso tudo é saber que os medos e incertezas de início da carreira foram deixados para trás, hoje sei que cada dificuldade foi um degrau que ajudou a me constituir como professora. Santana e Pereira (2019) traduzem meu pensamento sobre a decisão de assumir a carreira docente:

[...] vir a ser professor é algo que se aprende mediante o esforço permanente de estudos e proposições. Trata-se da elaboração de si mesmo, um percurso em que o sujeito vive uma escolha feita na vida, assumindo as suas inevitáveis consequências e os possíveis riscos inerentes a esta opção (SANTANA; PEREIRA, 2019, p. 3).

O que aprendi na faculdade foi meu alicerce, o que aprendi na prática, meu pilar, mas minha construção se deu a cada dia e é um processo contínuo, é não se acomodar e continuar tendo o olhar que procura modificar o que não está bom, é não aceitar que tratem com desdém o lugar onde existem pessoas que trabalham de forma comprometida, estudam e vivem nos arredores da escola, pessoas com suas histórias de vida, sua cultura e que carregam as marcas de uma condição humana muito difícil.

Este trabalho vem contribuir para ressignificar e tentar mostrar o valor que essas pessoas e suas histórias de vida têm. Nesses nove anos sendo professora da Escola Dom Henrique Gelain, observei, nas mais diversas faixas etárias, como nossos alunos, em grande maioria, nutrem pouca consideração e pouca estima pela escola onde estudam e pelo bairro onde moram. Percebe-se que valorizam muito mais outras escolas, que se localizam a seis ou sete quadras de distância, do que o espaço no qual eles estão desde os primeiros anos de escolarização. Essa situação me fez questionar o motivo da falta de apreço pelo espaço e, em algumas conversas informais, eu os questionava sobre o motivo de tal escola ser melhor e as respostas sempre foram as mesmas, “Sora, lá o ensino é mais forte. Sora, lá se faltar a gente roda. Sora, lá as profes são bravas, a gente não apronta”. O curioso dessas respostas é eles não pensarem, sai tudo no automático, ou melhor, de ouvirem falar. Como disse, a maioria deles está na escola desde o Pré, mas a percepção do olhar de fora faz com que acreditem nisso que disseminam. Lembrando que no município, todas as escolas pertencentes à rede municipal estão situadas em bairros periféricos, ou no interior, onde as condições de vida são bastante semelhantes às vividas por eles.

Essas situações descritas acima, geraram um grande incômodo em mim: O que fazer para que essas crianças mudem esse pensamento? Como trabalhar para que eles enxerguem e valorizem o lugar onde estudam e habitam? E, movida por este questionamento, não chego a uma resposta definitiva, mas acredito na potencialidade da educação patrimonial tal como é formulada por Umbelino Peregrino Albuquerque (2012):

A Educação Patrimonial apresenta-se como suporte de conhecimento ao promover no indivíduo a noção de cidadania, desenvolvendo, assim, de modo coletivo, o sentido de pertencimento e apoderamento, elementos basilares para sensibilização da sociedade e geradores do orgulho e da autoestima (ALBUQUERQUE, 2012, p. 5).

A presente ação pedagógica tem como objetivo estimular a conscientização de um grupo de alunos, para que possam, imbuídos de uma nova visão de mundo, construir alicerces para a interligação entre identidade, memória e preservação. Sônia Regina Rampim Florêncio (2012) nos explica que:

[...] é fundamental conceber a Educação Patrimonial em sua dimensão política, a partir da concepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais. É preciso o enfrentamento do desafio de encarar a problemática de que, no Brasil, nem sempre a população se identifica ou se vê no conjunto do que é reconhecido oficialmente como patrimônio cultural nacional (FLORÊNCIO, 2012, p. 24).

Então como Janice Gonçalves ⁴(2014) também explica, a questão que diferencia patrimônio cultural e patrimonialização:

[...] “patrimônio cultural” é uma noção historicamente construída, também foi historicamente construído seu referente, isto é, o acervo resultante das ações patrimonializadoras. O que é atualmente identificado como “patrimônio cultural” foi, por consequência, mapeado, identificado, selecionado, estudado protegido (através de tombamento, registro ou outro mecanismo de salvaguarda), além de disseminado, por agências e agentes incumbidos dessa tarefa. As interpretações que certamente estiveram na base das ações de patrimonialização decorreram de processos sociais de produção de memória, de representações sobre o passado tecidas em variados presentes, conforme o momento histórico de sua elaboração. Representações que, então, prevaleceram sobre outras, determinando o que deveria ser preservado e considerado patrimônio cultural” (GONÇALVES, 2014, p. 91).

⁴ Janice Gonçalves retrata em seu texto a importância do Guia de educação Patrimonial, criado pelo IPHAN e utilizado como ferramenta neste trabalho, porém nos faz a reflexão de que o mesmo se limita a sua atuação. Os estudos e práticas patrimoniais não são mais pontuais, agregou-se novas problemáticas, novas ações e saiu dos grandes centros e dos grandes nomes, nesse sentido diz: “Se o patrimônio é visto como legado, compreender quem o legou, como, em que circunstâncias e com que objetivo é fundamental para pensa-lo historicamente” (GONÇALVES, 2014, p. 93).

Nesse sentido, Janice Gonçalves nos faz entender o que é um patrimônio cultural: aquilo que é tombado, devidamente registrado conforme as diretrizes burocráticas. Já a patrimonialização consiste em processos sociais, tornar aquele bem patrimonializado é dar eco às memórias vividas, não deixar que se apaguem é um processo de reavivamento do que passou, mas que pode ser símbolo de uma cidade ou comunidade.

A identificação do patrimônio pela comunidade poderá subsidiar a compreensão do que é ser cidadão, através disso, o aluno é construtor e divulgador do conhecimento, Florêncio (2012) afirma:

Educação Patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. O reconhecimento desse fato, certamente, inserido em um campo de lutas e contradições, evidencia a visibilidade de culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental, e que são fundamentais para o estabelecimento de diálogos interculturais e de uma cultura de tolerância com a diversidade (FLORÊNCIO, 2012, p. 24).

Nesse contexto, a educação patrimonial se torna o expoente máximo, quando tentamos estimular nos alunos uma reflexão sobre o patrimônio local, bem como sua afirmação como um cidadão de posse de seus direitos e deveres.

Pretendo desenvolver este projeto com uma turma de nono ano na qual atuo como professora de História, porém, vale lembrar que este trabalho pode ser aplicado em qualquer nível, fazendo as transposições didáticas adequadas. A escolha do 9º ano se justifica por ser o primeiro trabalho como este a ser realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Henrique Gelain. Assim, acredito que a maturidade que eles possuem em relação aos alunos do sexto ano, por exemplo, a maior afinidade com o lugar, no caso a escola e o bairro e, ainda, por serem muitas vezes mais desinibidos, são fatores que facilitarão o diálogo e o desenvolvimento da proposta.

2.3 OS PRIMEIROS PASSOS...

Ao iniciar o Mestrado, ainda não tinha uma ideia totalmente clara de como exatamente iria trabalhar, a certeza que tinha era de querer envolver os alunos com a escola e a comunidade a fim de despertar a autoestima e a consciência cidadã. A partir das atividades propostas durante o curso, tive oportunidade de conhecer três dissertações que me influenciaram. São trabalhos

recentes, de grande importância, e produzidos no Programa de Pós-Graduação em História-UCS e, para Vacaria, é algo totalmente novo.

As publicações escolhidas para análise, por seguirem a linha de educação patrimonial, são as de Tobias Spagnolo (2015), Caroline Lipreri Andreolla (2019) e de Ana Paula Santos de Almeida (2017). Desses três trabalhos, porém, a dissertação produzida por Almeida, é exatamente compatível com a proposta que almejo executar.

O estudo de Spagnolo intitula-se: *A escola e o bairro: O papel da Escola Padre Josué Bardin na construção de identidade dos moradores do Bairro São João Bosco 1982-1993*. O autor resume seu trabalho da seguinte forma:

O ensino de história tem papel relevante na construção da identidade do sujeito, ao estimular sua criticidade, partindo de uma reflexão de natureza histórica. Assim, ao pensar sobre a função da escola juntamente com a sua interação na sociedade, a escola possui uma significação própria pelo contexto existente no bairro, mesmo sendo uma instituição pública, com legislação e estrutura advinda do poder externo. Percebendo a significativa função social exercida pela escola, esse trabalho tem por objetivo examinar a construção da identidade dos moradores do Bairro São João Bosco – PROMORAR, localizado no município de Nova Prata, Rio Grande do Sul, Brasil. O bairro surge na década de mil novecentos e oitenta com a necessidade de amenizar os problemas de habitação da parcela carente da população da cidade. Concomitante com o nascimento do Bairro, têm início as atividades na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin, no ano de mil novecentos e oitenta e três, para atender as crianças desta localidade (SPAGNOLO, 2015, p. 6).

Em sua dissertação, Spagnolo explica que a temática de investigação foi resultado de escolhas e acontecimentos pessoais e profissionais, e que sua intenção era investigar a construção da identidade dos estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin, localizada no Bairro São João Bosco – PROMORAR, no município de Nova Prata, Rio Grande do Sul, onde é professor de História. Dentre os objetivos propostos por Spagnolo, constam: abordar o processo histórico da formação do Bairro São João Bosco, como também a inserção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin, analisar as transformações ocorridas no bairro desde sua fundação, até os dias atuais e perceber a dinâmica cultural existente no bairro e a importância para a constituição da identidade dos moradores. Dentre as atividades propostas no trabalho, está um diário de bordo produzido pelos alunos no final das atividades, e como produto, uma exigência para os mestrandos profissionais, a criação de banners confeccionados com material construído pelos estudantes. A história oral foi uma metodologia central no estudo de Spagnolo.

Já Andreolla publicou sua dissertação em 2019, intitulada *Inventário Participativo de Patrimônio Cultural em Fazenda Souza- RS*. No resumo do trabalho Andreolla afirma:

Esta produção demonstra a construção participativa de um inventário dos patrimônios culturais de Fazenda Souza, distrito do município de Caxias do Sul/RS. Realizado com base na metodologia proposta pelo IPHAN, o inventário participativo é uma ferramenta de Educação Patrimonial e fomento à discussão do patrimônio cultural, tendo a comunidade como protagonista dessa construção. O trabalho desenvolvido propiciou a mobilização e a sensibilização dos moradores quanto aos seus referenciais culturais, bem como a busca pela preservação e valorização dos mesmos. Eles elegeram como patrimônios culturais, bens culturais de ordem material e imaterial como celebrações, saberes e lugares que representam a história e a memória do distrito. Entre os patrimônios selecionados estão os saberes do tocar do sino e da prática das benzedadeiras; como celebrações, estão a Festa de Nossa Senhora da Saúde, a Festa de Nossa Senhora de Lourdes, as Capelinhas e a Festa do Agricultor; já os lugares eleitos foram a Capela Padre João Schiavo, a Capela São Roque, a Associação Cultural e Esportiva Minuano, a Igreja Matriz de Fazenda Souza e o Seminário Josefinos de Murialdo. Ao longo do processo de inventariamento, articularam-se conceitos de patrimônio cultural, principalmente abordados pelo IPHAN, UNESCO e Constituição Federal, à construção da memória coletiva (Halbwachs, 1990) de Fazenda Souza abordada através da metodologia da história oral, suas representações (Chartier, 2002) e diferentes formas de apropriação dos patrimônios culturais selecionados (Canclini, 1994). Ao final do projeto desenvolvido com os moradores, foi construído um livro com as fichas do inventário e um banner com a síntese da história dos patrimônios culturais elencados que irão compor uma exposição itinerante no distrito (ANDREOLA, 2019).

O caminho metodológico de Andreolla é a utilização da ferramenta Inventário Participativo, produzido pelo IPHAN. A utilização do Inventário fez com que Andreolla trabalhasse com os moradores de Fazenda Souza, elencando o que era significativo como patrimônio cultural para a comunidade, assim, os moradores foram protagonistas dessa história. A comunidade elegeu os bens culturais, tanto materiais como imateriais, através das fichas de inventário. Ao final, como produto do trabalho, Andreolla construiu uma exposição itinerante fazendo uso de banners, contendo as informações resumidas sobre os patrimônios culturais elencados pelos participantes, além de um livro onde encontram-se as fichas do inventário compostas por breves explicações sobre o processo do trabalho.

Andreolla (2019) ressalta que:

[...] a prática do IPPC [Inventário Participativo de Patrimônio Cultural] em Fazenda Souza, enquanto uma ação de Educação Patrimonial, visou conscientizar os moradores quanto a importância da história do distrito através da preservação de bens culturais inventariados e, por sua relevância na comunidade, tomados como patrimônios culturais, que carregam a memória deste local. Para mais, acredita-se que a participação no projeto foi uma experiência de exercício da cidadania e de seus direitos de acesso aos bens culturais à disposição para valorização da comunidade como um todo (ANDREOLA, 2019, p. 90-91).

Vale lembrar que Andreolla (2019) frisou que o seu trabalho não substituiu o reconhecimento oficial sobre patrimônios culturais e sim, foi um exercício onde os moradores

de Fazenda Souza tiveram acesso à informação, reconhecendo seu valor e sua importância histórica, tanto para a comunidade em si, quanto para o município de Caxias do Sul.

Saliento, agora, a importância da dissertação de Ana Paula Santos de Almeida, lembrando que também produziu seu estudo no âmbito do PPGH/UCS, e como ele serviu de guia para o desenvolvimento de minha pesquisa. Almeida (2017) resume seu estudo da seguinte maneira:

A dissertação “Descobrimo o valor das coisas ao meu redor”: vivência de educação patrimonial no ensino de história tem por objetivo analisar como o patrimônio cultural local, que se encontra no interior e no entorno de escolas periféricas, pode ser utilizado como fonte de conhecimento para o fortalecimento da cidadania, possibilitando um diálogo entre o ensino de História e as questões pertinentes à Educação Patrimonial. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi construído e desenvolvido o Projeto de Educação Patrimonial “Descobrimo o valor das coisas ao meu redor” a partir de uma série de atividades alicerçadas na utilização da metodologia de alfabetização patrimonial, com uma turma do nono ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Guerino Zugno, localizada no bairro Planalto II, um bairro periférico da cidade de Caxias do Sul-RS. Para a análise dos resultados obtidos, durante a aplicação das oficinas que integram o projeto buscou-se suporte em elementos teóricos acerca do patrimônio e da memória, relacionando-os com a educação patrimonial e a sua interligação com a construção da identidade e o fortalecimento da cidadania, assim como da formação das grandes cidades como espaços de constantes transformações, mas que trazem no seu patrimônio elementos de identidade. Para tanto, trago para discussão a ampliação do tema educação patrimonial nas escolas, a partir de iniciativas em conjunto com as Universidades, propiciando a aproximação da academia com as comunidades. O produto derivado da pesquisa encontra-se em um Caderno de Memórias que expõe o percurso do Projeto “Descobrimo o valor das coisas ao meu redor” (ALMEIDA, 2017, p. 7).

Em seu trabalho, Almeida enfatiza a importância da educação patrimonial em escolas periféricas, desmistificando a ideia de que só o centro da cidade tem importância histórica, que além do centro, existe um mundo de possibilidades e de identidades que ainda não foram devidamente valorizados e dados a conhecer.

Almeida (2017) alicerça seu trabalho na metodologia de alfabetização patrimonial, fazendo com que os alunos, como protagonistas da ação educativa, compreendam que seus espaços também são geradores de conhecimento, assim:

Festas, danças, monumentos, praças, igrejas são lugares de memória, onde as crianças podem refletir sobre as diferentes formas de ser e estar no mundo a partir do seu local e do seu patrimônio. Assim, a série de atividades, proposta na oficina “Descobrimo o valor das coisas ao meu redor”, alicerçadas na utilização da metodologia de alfabetização patrimonial e sugeridas para a turma do nono ano da Escola Municipal Guerino Zugno, tem como finalidade evocar nos alunos a relação entre eles e o patrimônio cultural local, possibilitando que reconheçam sua memória e sua identidade a partir da leitura da escola, do bairro e da cidade, visualizando estes espaços como produtores de conhecimento, proporcionando assim, uma visão crítica do meio que os cerca e, conseqüentemente, o exercício da cidadania (ALMEIDA, 2017, p. 30-31).

Almeida (2017), em parceria com a professora de História da escola, dividiu o projeto de educação patrimonial em 4 etapas, trabalhadas ao longo de 16 encontros, por dois trimestres. As etapas do trabalho de Almeida foram agrupadas em quatro momentos: EU, A ESCOLA, O BAIRRO e, por último, EU NESSA HISTÓRIA. Todo o processo foi construído juntamente com os alunos. A autora narra esses encontros num caderno de memórias, que se constitui no produto derivado da dissertação.

O objetivo de Almeida, além do trabalho proposto aos alunos, é oferecer aos professores, não só de História, mas em todas as áreas do conhecimento (visto que o trabalho com educação patrimonial é interdisciplinar), um guia que poderá auxiliá-los na elaboração de seus próprios materiais, se assim o desejarem. É dessa forma que o estudo de Almeida está sendo apreendido para minha proposta, como um guia, com as devidas adequações, dadas as singularidades do lugar e do público que caracterizam meu estudo. Entretanto, o principal argumento para a escolha do trabalho de Almeida como referência central ao meu estudo é o fato de a escola na qual a autora desenvolveu o projeto ter semelhanças com as características da escola Dom Henrique Gelain, ou seja, uma escola de periferia que tem no seu entorno, o bairro, uma população extremamente empobrecida.

O estudo estará pautado na colaboração do Documento Curricular Orientador do Município de Vacaria (DCOMVAC), que em suma, assim se descreve:

A Base Nacional Comum Curricular norteia os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros têm o direito de aprender, ano a ano, na Educação Básica. Para promover a equidade e a qualidade, o território precisa de um Documento Curricular Orientador Municipal claro e objetivo que respeite as especificidades, diversidades e autonomias locais e que promova uma aprendizagem que faça sentido para todos os estudantes. Esse é um momento de reconstrução que envolve a revisitação e reelaboração do Plano Político Pedagógico de cada Escola com participação de toda comunidade escolar, a revisão do Regimento Escolar e a construção do Documento Curricular Orientador do Município de Vacaria. [...]ao cumprir o Parecer CEEEd/RS nº 001/2019, que “Orienta os Municípios que integram o Sistema Estadual de Ensino, referente ao cumprimento do Art. 25 da Resolução CEEEd nº 345/2018.” e Artigo 29 da Resolução supracitada que “Institui e orienta a implementação do Referencial Curricular Gaúcho – RCG [...] Vislumbramos com este documento uma educação escolar em que a Rede de Ensino será protagonista da implementação da Base Nacional Comum Curricular, Referencial Curricular Gaúcho e Documento Curricular Orientador do Município de Vacaria objetivando a promoção da equidade e a qualidade na educação, respeitando as diversidades e garantindo autonomia às escolas, promovendo o APRENDER, o CONHECER e o FAZER[...]

(DCOMVAC, 2019, p. 3).

De acordo com a apresentação, o DCOMVAC, dentre vários objetivos trabalhados, visa promover uma educação de qualidade, respeitando os aspectos da região e foi elaborado segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesses documentos orientadores da

educação, que foram criados para moldar a educação brasileira, a ideia é igualar a educação básica, para que todos possam ter os mesmos direitos, com o intuito de dissolver o abismo entre a educação pública e privada. Como salientado,

[...] de forma articulada aos campos de experiência, às áreas do conhecimento e aos componentes curriculares agregando especificidades locais. As dez competências a ser desenvolvidas na educação básica promove a integralidade na formação do sujeito e das instituições escolares devem priorizar o desenvolvimento de:

1. CONHECIMENTO – [...] 2. PENSAMENTO CIENTÍFICO, CRÍTICO E CRIATIVO – [...] 3. REPERTÓRIO CULTURAL – [...] 4. COMUNICAÇÃO – [...] 5. CULTURA DIGITAL – [...] 6. TRABALHO E PROJETO DE VIDA – [...] 7. ARGUMENTAÇÃO – [...] 8. AUTOCONHECIMENTO E AUTOCUIDADO – [...] 9. EMPATIA E COOPERAÇÃO – [...] 10. RESPONSABILIDADE E CIDADANIA – [...] (DCOMVAC, 2019, p. 28-29).

Seguindo, depois de uma breve apresentação sobre o documento orientador e suas atribuições e focando no ensino de História e suas abordagens salientadas no documento, trataremos de compreender como a educação patrimonial deverá ser trabalhada em sala de aula. A BNCC falhou em não abordar esse tema nos anos finais do ensino fundamental, no entanto nos dá autonomia para trabalharmos temas bem específicos, assim, se o tema educação patrimonial foi abordado no Ensino Fundamental I, posso também me valer dele no Ensino Fundamental II. Como exemplificado:

Retornando ao ambiente escolar, a BNCC pretende estimular ações nas quais educadores e estudantes sejam sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, eles próprios devem assumir uma atitude historiadora diante dos conteúdos propostos no âmbito do Ensino Fundamental. Cumpre destacar que os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as competências específicas da área de Ciências Humanas, o componente curricular de História deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas (DCOMVAC, 2019, p. 92-93).

Após o estudo de algumas referências sobre educação patrimonial, e de como a inclusão desse estudo se dará dentro da sala de aula, tendo a disciplina de História como base para a aplicação do referido trabalho, assim como a análise de experiências inspiradoras, é o momento de apresentar o projeto que pretendo desenvolver colocando a E.M.E.F. Dom Henrique Gelain e o Bairro São José como espaços possíveis para ativar memórias, identidades, histórias e promover um olhar crítico para o exercício da cidadania.

3 O PROJETO “COMO EU VEJO OS LUGARES POR ONDE ANDO: CONSTRUINDO HISTÓRIAS, FORMANDO CIDADANIA”

Ao pensar em articular a ideia de cidadania, identidade e pertencimento em um projeto escolar de educação patrimonial, considerei as palavras de Londres (2012) o qual se referiu:

A meta que se deve ter em vista, portanto, é de despertar no educando a curiosidade, o desejo e o prazer de conhecer e de conviver com os bens culturais enquanto patrimônio coletivo, e de levá-lo a se apropriar desses bens enquanto recursos que aprimoram sua qualidade de vida, e que contribuem para seu enriquecimento enquanto pessoa e cidadão, em suas atividades profissionais, de lazer, de criação e de interrelação com os outros e com o mundo. Desse processo é que decorre o compromisso com a preservação (LONDRES, 2012, p. 16).

E o compromisso com a preservação ideando os atributos já descritos, é encarado como uma estimativa de valores que serão almejados ao término do trabalho.

A ideia principal deste projeto, que é o envolvimento efetivo dos alunos numa ação de educação patrimonial alinhada com ensino de História, além de trabalhar com o lado lúdico, deixando totalmente o método tradicional de lado, imbuído, inclusive, de ações transformadoras nas quais o ideal cidadão possa ser compreendido como realmente é, foi desenvolvida e ganhou força durante as aulas do mestrado profissional. A partir da consolidação dessa ideia, a escolha de uma turma de nono ano da Escola Dom Henrique Gelain, por se tratar de um projeto piloto, teria melhores condições de aplicabilidade. Porém, ainda estamos enfrentando uma pandemia de Covid-19 (doença que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves) e ainda enfrentamos as dificuldades do ensino remoto com os alunos da rede municipal de ensino. Com o fechamento das escolas, ficou visível que muitos alunos não possuem ferramentas tecnológicas para o acompanhamento de atividades on-line, ou não sabem fazer o uso das tecnologias que possuem para a aprendizagem escolar. Essa dificuldade fez com que eu pensasse o projeto de forma mais “limitada”, ou seja, trabalhar por módulos e divididos por etapas em turma reduzida, mas eficiente, para não diminuir sua importância e a eficácia.

O projeto também conta com a contribuição de marcos legais que orientam o processo educacional como um todo, justificado primeiramente a partir do artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, seção I da EDUCAÇÃO, como sendo direito de todo cidadão:

A educação, direito de todos e dever do Estado da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ao definir a educação como direito de todos e dever do Estado e das famílias, a Constituição evidenciou que todos os grupos sociais podem se beneficiar desta condição, bem como dos deveres.

Além da Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 3º reza os princípios que regem a educação, são eles:

- I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- IX- Garantia do padrão de qualidade;
- X- Valorização da experiência extraescolar.

Seguindo esses princípios, impressos na LDB N° 9.394/1996, assegurando com isso a validade e importância deste projeto dentro das diretrizes educacionais, reforçando ainda mais o ser cidadão, o exercer a cidadania, amparado pela legalidade, este projeto vislumbra inclusive a garantia de protagonismo dos alunos.

Corroborando os marcos legais que atuam no cenário educacional brasileiro, e que foram referências para garantir um ensino de qualidade, tínhamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, com objetivos bem específicos em cada área do conhecimento, inclusive o Ensino de História, foram alicerce para o exercício da cidadania, como salientado no próprio, nos anos 90.

Para se formar cidadãos conscientes e críticos da realidade em que estão inseridos é necessário fazer escolhas pedagógicas pelas quais o estudante possa conhecer as problemáticas e os anseios individuais, de classes e de grupos – local, regional, nacional e internacional- que projetam a cidadania como prática e ideal (PCN, 1998, p. 36-37).

Atualmente a educação tem como norte a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que tem como complemento o Referencial Curricular Gaúcho (RCG), para o estado do Rio Grande do Sul e o DECOMVAC, para o município de Vacaria, garantindo assim o atendimento das regionalidades. Esses documentos foram organizados, em comum acordo com a sociedade, pela comunidade educacional, que se uniu para elaborar uma base significativa para os alunos. Nos três documentos regulatórios para o município de Vacaria, a questão cidadã, ou a questão de ensinar a ser, ensinar a se sentir um cidadão, são enfatizados das mais diversas maneiras, a

exemplo da BNCC, na área de Ciências Humanas, no componente curricular de História, menciona que:

Um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos em consultas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania (BNCC, p. 400).

Complementando a BNCC, quando analisamos o Referencial Curricular Gaúcho, temos:

A diversidade cultural e identitária e os significados da escola para quem a compõe traz uma grande complexidade dos processos de ensino e aprendizagem e nas interações que ali se estabelecem. A escola terá diferentes significados, funções e representações para estes sujeitos: local de sociabilização, de troca de experiências, de aprendizagem e formação de cidadania, entre outros (RCG, p. 24).

Por fim, o DCOMVAC mostra que:

A noção de cidadania, com direitos e deveres, o reconhecimento da diversidade das sociedades pressupõe uma educação que estimule o convívio e o respeito entre os povos (DCOMVAC, p. 94).

A amplitude desses referenciais para a educação é imensa, não cabendo neste estudo uma análise mais complexa, porém explicar que esses documentos enfatizam a expressividade da formação cidadã e justificam a aplicação do projeto elaborado.

Este projeto está dividido em três módulos, cada módulo composto por etapas distintas, que têm ligação entre si, ou seja, cada módulo complementa o outro.

3.1 PRIMEIRO MÓDULO, A PROPOSTA

Para dar início ao nosso projeto, a apresentação da proposta aos alunos será feita a partir de uma reflexão sobre questões pertinentes a eles, alunos, e sua jornada, tanto na escola como no bairro. Expor-lhes que a escola tem uma história, e o lugar onde a escola se localiza também tem uma história, assim como eles têm uma história. A escola não é sempre a mesma, o bairro não é sempre o mesmo, isso mostra que há mudanças, mas também há permanências. Nossas vidas também sofrem, ou podem sofrer mudanças. E essas mudanças ou permanências são visíveis por meio de fotografias, jornais, relatos orais, enfim, pelas fontes históricas. Destacar

que a presença deles na escola faz parte da história da escola, assim como também conta um pouco sobre suas próprias vidas.

Neste primeiro momento, será realizada com a turma uma mobilização para a temática do projeto, que consiste no primeiro passeio pelo bairro, com intuito de estimular a curiosidade e as primeiras percepções sobre o trabalho. No retorno a escola, e ainda incitar o interesse dos alunos, assistirão a apresentação de um vídeo, produzido por mim para a disciplina de História Local, cursada no PPGH-UCS. Esse vídeo exhibe aspectos da trajetória da escola em fotos, em dois momentos: sua inauguração no ano 2000 e uma atual (Figura 10).

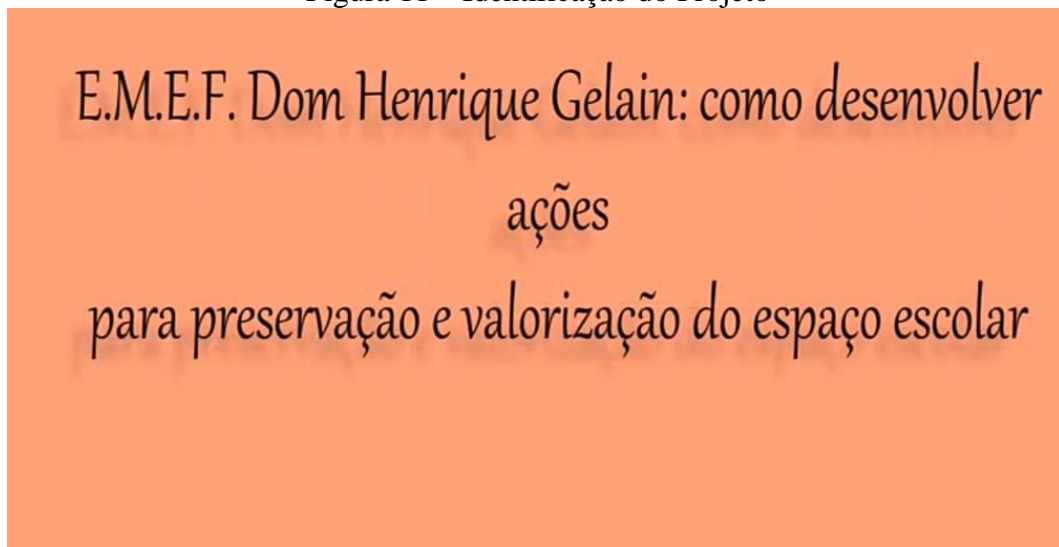
Figura 10 – Mudança na Fachada da Escola



Fonte: Slide do vídeo da mestrandia.

Após, começa a apresentação do “filme” que tem como título *E.M.E.F. Dom Henrique Gelain: como desenvolver ações para a valorização do espaço escolar* (Figura 11).

Figura 11 – Identificação do Projeto



Fonte: Slide do vídeo da mestranda.

Nesta cena (Figura 12) há uma explicação do que é patrimônio, retirado do IPPC (2016, p. 7-8).

Figura 12 – Patrimônio



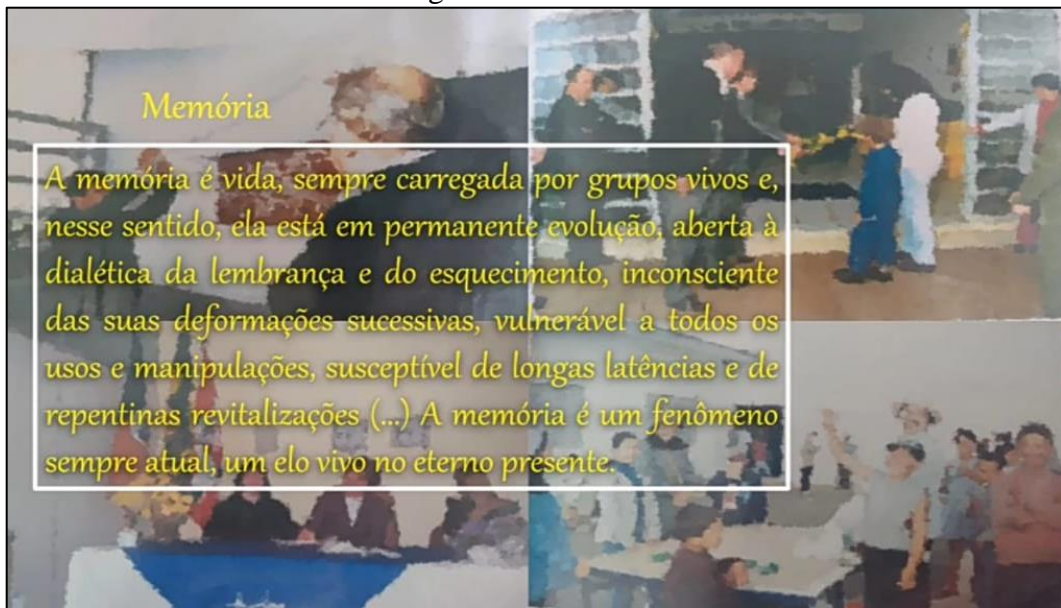
Patrimônio

- O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações.
- O patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família. Dessa maneira, interliga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício, uma festa ou um lugar que muitos acham importante, ou outros elementos em torno dos quais muitas pessoas de um mesmo grupo se identificam

Fonte: Slide do vídeo da mestranda.

Na sequência, ao fundo, várias fotos da escola em épocas distintas e junto vem o termo “memória”, utilizando uma passagem do texto de Pierre Nora (Figura 13), “Entre a memória e a história: a problemática dos lugares” (1993, p. 9).

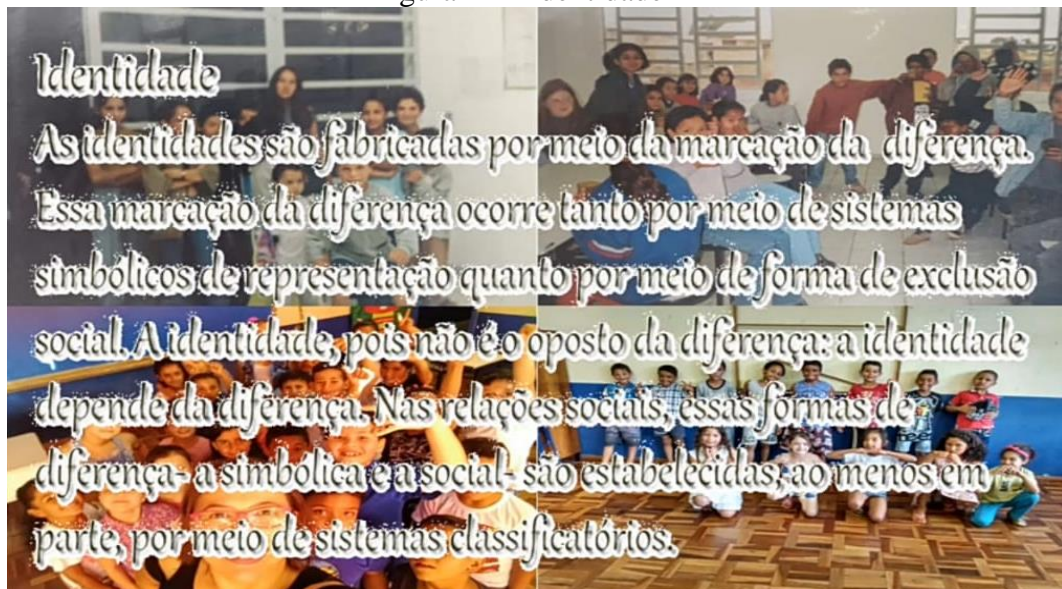
Figura 13 – Memória



Fonte: Slide do vídeo da mestranda.

Dando continuidade ao vídeo, utilizando fotos das primeiras turmas e fotos de uma turma de segundo ano na qual atuo (Figura 14), há uma citação de Kathryn Woodward (2013, p. 39) sobre identidade.

Figura 14 – Identidade



Fonte: Slide do vídeo da mestranda.

Continuando, mais fotos antigas da escola, do bairro e alguns informes de jornal de época ao fundo, salientando a formação da consciência histórica, citação retirada do texto “O ensino de História Local e os desafios da formação da consciência histórica” (Figura 15), de Maria Auxiliadora Schmidt (2004, p. 190).

Figura 15 – Formação da Consciência Histórica



Fonte: Slide do vídeo da mestrand.

Seguindo, trago outro festival de fotos de vários momentos dos alunos na escola, fotos das festividades comemoradas (Figura 16) e, junto, a filosofia da escola (PPP, 2019, p. 7).

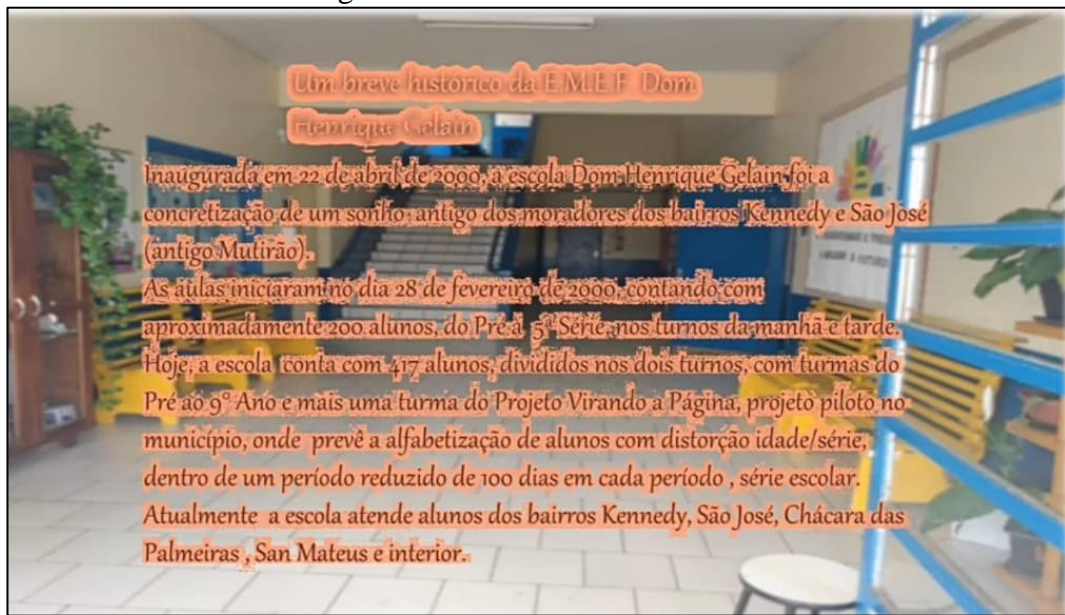
Figura 16 – Filosofia



Fonte: Slide do vídeo da mestrand.

Continuando, uma foto atual do hall de entrada (Figura 17) e um breve histórico da escola

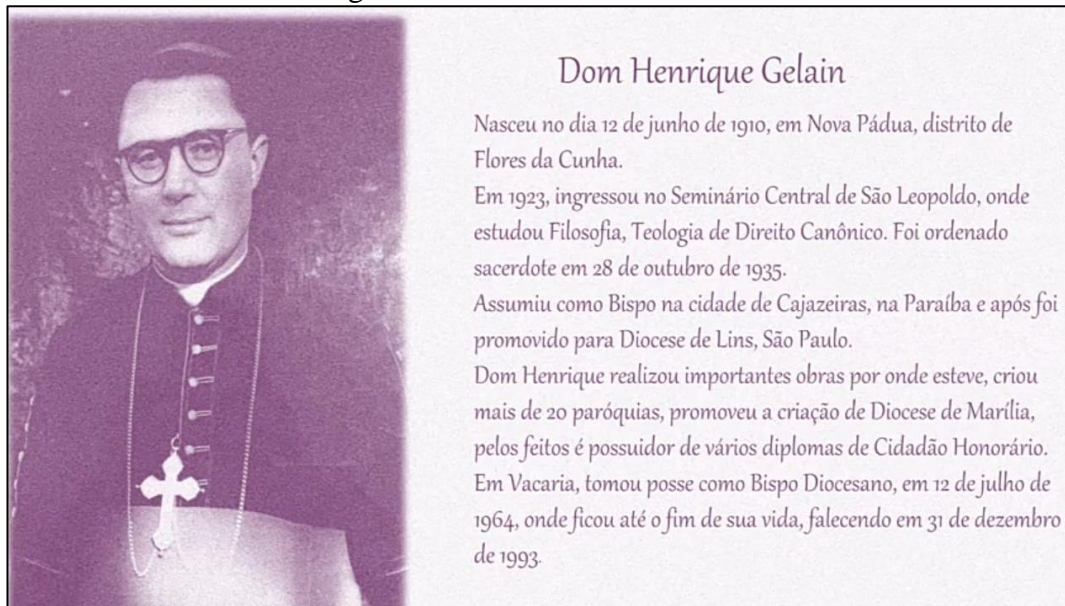
Figura 17 – Histórico da Escola



Fonte: Slide do vídeo da mestrandia.

Depois, uma foto do Patrono Dom Henrique Gelain e uma breve biografia deste que leva o nome da escola (Figura 18).

Figura 18 – Patrono da Escola



Fonte: Slide do vídeo da mestrandia.

Fechando o vídeo, uma apresentação da mestrandia e as referências que foram utilizadas na produção (Figura 19).

Figura 19 – Apresentação da Mestranda



Esta sou eu, Jardelene Higuera, professora há 8 anos na escola Dom Henrique Gelain. Mestranda do curso de Mestrado Profissional em História da UCS.

Meu projeto consiste em trabalhar com meus alunos sobre Patrimônio Cultural, assim estimulá-los a desenvolver sua cidadania e compreender suas referências culturais.

Fonte: Slide do vídeo da mestranda.

Figura 20 – Referências do Projeto

Referências:

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação. Texto de Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.


WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomas Tadeu da. Org. Identidade e diferença a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2013

Fotos:

Arquivo da E.M.E.F. Dom Henrique Gelain

Arquivo pessoal professora Macelis Paim

Arquivo pessoal professora Jardelene Higuera



Fonte: Slide do vídeo da mestranda.

Como o tempo é relativamente curto, neste primeiro encontro será solicitado que os alunos reflitam sobre o vídeo e expressem o que mais lhes chamou atenção. A proposta de produção textual ficará para o segundo encontro.

No segundo encontro, num primeiro momento serão retomadas e discutidas cenas do vídeo a partir das quais os alunos terão que produzir um pequeno texto, expondo suas percepções do que entendem por patrimônio, memória e identidade.

Assim, se dará início ao projeto “Como eu vejo os lugares por onde ando: construindo histórias, formando cidadania”, que pretende provocar a turma de nono ano da escola Dom Henrique, a curiosidade, o interesse e a conscientização sobre seus patrimônios como forma de valorizá-los e preservá-los. Essas ações, de reconhecimento e valorização do que é patrimônio para eles, poderão mobilizá-los para o entendimento do que significa uma atitude cidadã.

Ao utilizar a proposta de educação patrimonial, deixar claro aos alunos o que é patrimônio cultural e o que não é patrimônio cultural, dessa forma o IPPC (2016) nos ajuda a definir:

Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um bem - um bem cultural - e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros.

Notem que nem tudo que forma uma cultura é patrimônio cultural. Por exemplo, aspectos como a falta de educação no trânsito ou o costume de jogar lixo na rua são, sem dúvida, aspectos culturais, mas, definitivamente, não são patrimônios culturais. O patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família. Dessa maneira, interliga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício, uma festa ou um lugar que muitos acham importante, ou outros elementos em torno dos quais muitas pessoas de um mesmo grupo se identificam (IPPC, 2016, p. 7-8).

Após essas análises, o objetivo desse módulo é fazer com que os alunos reflitam sobre suas memórias e observações acerca do que é patrimônio.

3.2 SEGUNDO MÓDULO: MINHA IMPORTÂNCIA, A IMPORTÂNCIA DA MINHA ESCOLA E A IMPORTÂNCIA DO MEU BAIRRO

Para o segundo módulo, será utilizado como aporte metodológico o trabalho de Ana Paula Almeida, porém, como dito anteriormente, devido à pandemia, não seguirá à risca o excelente trabalho desenvolvido pela autora, mas trará questões como a identidade, a escola e o bairro, e o englobamento desses três aspectos será construído com o objetivo de promover a discussão da questão do patrimônio.

No primeiro encontro do segundo módulo, trataremos de como eles veem a si mesmos, então a proposta inicial será a produção de um autorretrato. Para mobilizar esta produção utilizarei os versos de Mario Quintana:

No retrato que me faço
- traço a traço -
às vezes me pinto nuvem,
às vezes me pinto árvore...
às vezes me pinto coisas
de que nem há mais lembrança...
ou coisas que não existem
mas que um dia existirão...
e, desta vida, em que busco
- pouco a pouco -
minha eterna semelhança,
no final, que restará?
Um desenho de criança...
Corrigido por um louco!

Fonte: <http://centenarioquintana.blogspot.com/2006/03/o-auto-retrato.html> acesso 05/04/2021.

Diante da leitura da poesia, os alunos refletirão sobre quem eles são, como eles veem a si mesmos, o que mais chama atenção diante de seus próprios olhos, o que mudaria em si próprio, questionando-se: Somos iguais ou diferentes? Essas serão questões a serem levantadas para podermos pensar que a vida é nosso primeiro patrimônio.

De acordo com Grunberg (apud ALMEIDA, 2017, p. 47) “propor atividades a partir do conceito de que a VIDA é nosso primeiro Patrimônio e com ela adquirimos tudo o que somos, são opções de exercícios que levam aos participantes “a compreensão de que o Patrimônio é um conceito que está muito mais perto da gente do que pensamos”.

Para completar a atividade de autorretrato e seguir com as descobertas, outra atividade será proposta: apresentação do vídeo com a música de Toquinho, Gente tem sobrenome. A partir desta atividade, ressaltar a ideia de Almeida (2017, p. 48) de fazer a relação do nome com o sobrenome. O nome é o signo que os identificará pela vida e cada nome tem uma história. O sobrenome nos liga a um determinado grupo de pessoas, que é a família, o primeiro contato social que temos. E para concluir, os alunos farão uma pesquisa em casa sobre a história do nome, seguindo o roteiro abaixo:

Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Henrique Gelain

Projeto: “Como eu vejo os lugares por onde ando: construindo histórias, formando cidadania”

Criar junto com a família um pequeno texto sobre a história do seu nome.

Seguindo as orientações abaixo, pense na elaboração de sua história.

-Quem escolheu meu nome?

-Quais os motivos que fizeram escolher esse nome?

-Qual o significado do meu nome?

Fonte: ALMEIDA, (2017, p. 96).

A ideia é perceber que cada pessoa tem um nome, e cada nome tem uma história, compreender que por mais que existam nomes iguais, as pessoas são únicas e isso forma a identidade do indivíduo, a identidade de pertencerem à mesma escola e à mesma turma, um grupo.

No segundo encontro deste módulo, a atividade será encontrar as coisas ou ideias que os alunos têm em comum, para isso um questionário deverá ser respondido, relacionado ao cotidiano de cada um.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Henrique Gelain

Projeto: “Como eu vejo os lugares por onde ando: construindo histórias, formando cidadania”,

Nome completo: _____

1- Qual sua idade? _____

2- Onde nasceu? _____

3- Onde você mora? _____

4- Há quanto tempo estuda na escola? _____

5- O que mais gosta na escola? Por quê? _____

6- Como vem para a escola? _____

7- Você pratica algum esporte? Qual? _____

8- Qual tipo de música que mais gosta? _____

9- O que gosta de fazer nas horas de lazer? _____

Fonte: ALMEIDA, (2017, p. 98).

A partir desse questionário, o próximo passo será montar um quadro com os temas: idade, bairro, esporte, música, lazer, escola, e propor que conversem sobre suas escolhas. Após isso, pesquisar em revistas ou jornais figuras ou palavras que tenham ligação com eles, alunos.

Com isso, ao final das escolhas, montar um painel onde os alunos possam perceber, que toda a ação que fizeram juntos os tornam um grupo, e que este grupo tem uma identidade. As autoras Figueira e Miranda (2012) explicam que:

É preciso estar preparado para conduzir o estudante à reflexão e à percepção de que o conhecimento da história, da memória local, de si mesmo e da comunidade onde está inserido é uma ferramenta fundamental para nos tirar do imobilismo diante do tempo presente e dos fatos e acontecimentos passados. Dessa forma, será possível perceber que a cidadania não se resume a um conjunto de direitos descritos na Constituição, mas de fruto da luta diária em várias frentes da vida social, inclusive na tomada de posse da própria identidade individual e coletiva (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 46).

No terceiro encontro a proposta é mostrar aos alunos um conjunto de fotografias da escola e os arredores, e questioná-los se conseguem perceber as mudanças e permanências que se acentuam no entorno e na própria escola. Na oportunidade, fazer um passeio pela escola, mas dessa vez quem irá fazer uso da fotografia serão os próprios alunos, que terão oportunidade de fotografar o que quiserem, o que dá sentido para eles. Na inviabilidade de poderem fotografar, poderão fazer um desenho que melhor represente o local desejado. Cada aluno enviará suas fotos e uma legenda significativa.

No quarto encontro, produzirei uma montagem que será feita a partir das fotos e as legendas elaboradas pelos alunos. Objetivando o questionamento de identificação com a escola Dom Henrique, se a consideram um patrimônio e por quê.

O quinto encontro, consistirá numa pesquisa de campo, realizada no bairro. Antes da saída com os alunos, uma roda de conversa será organizada para esclarecimentos e explicações sobre a proposta do trabalho, que consistirá em fazer uma breve explanação sobre o que é Patrimônio Material e suas definições. Assim, a proposta é que os alunos consigam perceber possíveis bens culturais materiais existentes no local. Como no Bairro São José não existe nenhum bem cultural tombado, a atividade será orientada conforme o valor simbólico e afetivo para a comunidade. Ressalto, essa atividade e este projeto não têm como objetivo o reconhecimento oficial de patrimônios culturais, mas consolidar a participação dos alunos para reconhecer e valorizar suas referências culturais, como consta no IPPC (2016):

[...] esta iniciativa não tem a pretensão de servir de instrumento de identificação e reconhecimento oficial de patrimônio, nem substituir as atuais ferramentas utilizadas

nos processos de proteção dos órgãos de preservação do patrimônio de qualquer esfera de governo. Apresenta-se, de preferência, como um exercício de cidadania e participação social, onde os seus resultados possam contribuir para o aprimoramento do papel do Estado na preservação e valorização das referências culturais brasileiras, assim como servir de fonte de estudos e experiências no contínuo processo de aprendizado (IPPC, 2016, p. 7).

Os alunos irão receber as fichas de inventário individualmente, as quais estão disponibilizadas no IPPC (p.89), constando as principais informações a serem coletadas durante o percurso de estudo de campo, como imagens e registros. O grupo será orientado sobre como proceder à coleta de informações durante o percurso, tendo toda a liberdade de selecionar os bens que os identifiquem, cumprindo a metodologia proposta na ficha.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Henrique Gelain

Projeto: “Como eu vejo os lugares por onde ando: construindo histórias, formando cidadania”,

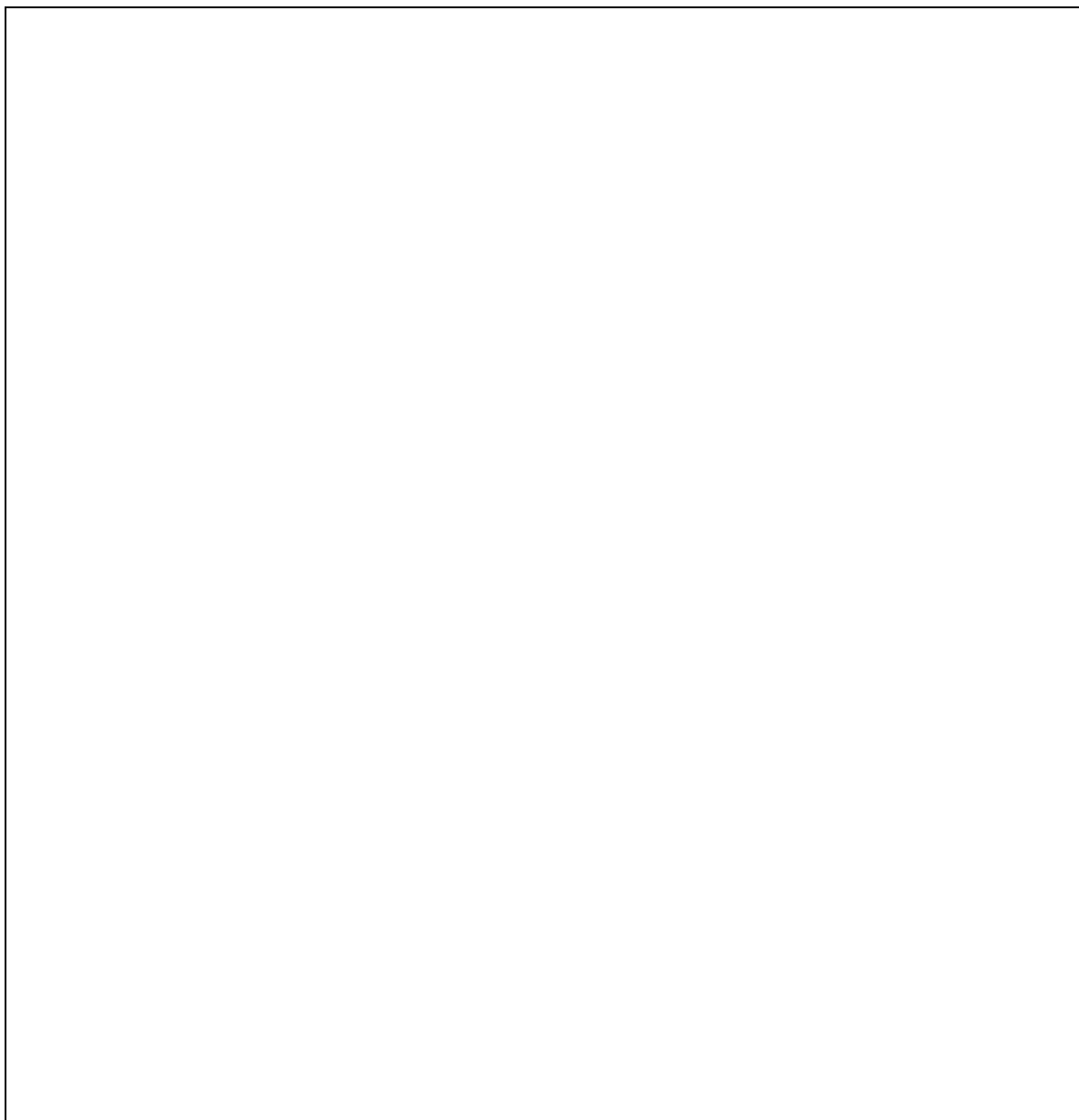
RELATÓRIO PESQUISA DE CAMPO

Nome da Escola: _____

Nome do Aluno: _____

Professor/a: _____

Registro fotográfico ou iconográfico (ilustração) do entorno da escola.

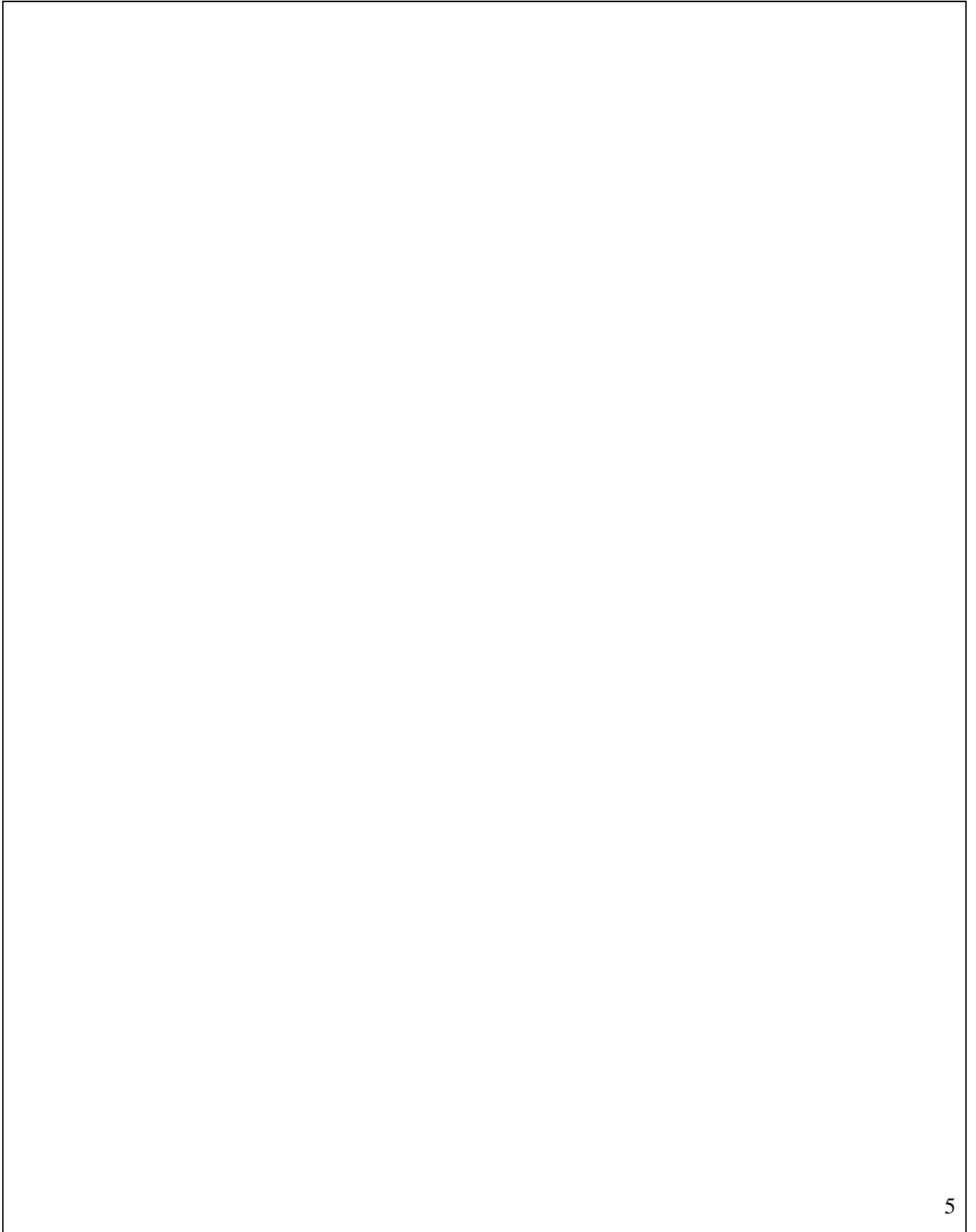


Faça uma síntese descrevendo como é o entorno da escola. (Características físicas, prédios mais importantes, possíveis monumentos, praças, parques, comércio, os problemas que o bairro tem: o que falta? O que deveria ser modificado, arrumado?)

PESQUISA DE CAMPO - INVENTÁRIO DO ACERVO

Escrever o nome mais comum do lugar e outros nomes pelos quais é conhecido.	
Contar sobre as origens e transformações do lugar ao longo do tempo (se mudou)	
Descobrir que funções e significados tem o lugar pra comunidade.	
Contar de forma resumida o que é o lugar	

Registro do Objeto Inventariado (Fotografia ou Ilustração)



3.3 TERCEIRO MÓDULO: O PATRIMÔNIO À MINHA VOLTA

Este módulo, sendo o último, fará um fechamento das atividades realizadas nos encontros anteriores do projeto, para isso, serão realizados três encontros para dar continuidade às atividades.

O sexto encontro, idealizado para acontecer após o passeio pelo bairro, consiste em fazer uma roda de conversa, onde os alunos irão relatar considerações a respeito do trabalho realizado, levando em conta suas vivências com a atividade de campo e no inventário produzido. Serão realizadas algumas perguntas como: Qual o bem cultural que te chamou atenção e o motivo? O que mudou no entorno da escola? O que permanece no entorno da escola? É importante a preservação do patrimônio cultural e por quê? Esses relatos, gravados em áudio, ficarão arquivados para uma futura pesquisa.

Para o sétimo encontro, a atividade será baseada na metodologia construída por Ana Paula Santos de Almeida, que consistirá na produção de um fanzine, com todo o material coletado pelos alunos. O fanzine consiste numa produção alternativa e por vezes artesanal, onde seus autores utilizam a criatividade para produzir. Para a produção do fanzine, os alunos irão trabalhar de forma coletiva, refletindo sobre as questões do bairro em que moram, tratando da relevância e importância do mesmo em suas vidas.

No oitavo e último encontro será realizada uma avaliação sobre o projeto realizado, levando em consideração os apontamentos dos alunos a respeito do projeto.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Henrique Gelain

Projeto: “Como eu vejo os lugares por onde ando: construindo histórias, formando cidadania”

1- Você encontrou dificuldades nas atividades propostas?

Sim Não

2- Se você respondeu “Sim” na questão anterior indique quais dificuldades.

Desenhar Escrever Identificar Pesquisar Outra

3- Sua expectativa em relação a oficina foi atendida?

Sim Não Em parte

4- Após fotografar ambientes da escola, você diria que teve outra percepção da escola?

Sim Não Em parte

5- Após visitar o bairro, você diria que conheceu melhor o Bairro São José?

Sim Não Em parte

6- Considerando uma escala de 0 a 10, qual nota você daria para as atividades propostas?

7- Considerando a falta de infraestrutura do bairro, o que você considera mais importante para a melhoria do lugar?

8- Deixe suas sugestões:

Fonte: BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2016, p. 64).

Após o término do projeto será feita uma reflexão sobre as experiências vivenciadas, destacando uma atividade diferente, pioneira, ao menos na escola Dom Henrique, onde os alunos foram protagonistas da construção de conhecimentos sobre aspectos de sua história, da trajetória da escola e do bairro onde está inserida, lugar onde os estudantes residem. Espera-se que esta atividade seja promotora de uma compreensão dos alunos sobre a constituição de suas identidades, memórias e, acima de tudo, de que eles são produtores de suas próprias histórias e que podem e devem ser agentes ativos nas transformações sociais como um ato de cidadania.

O projeto será desenvolvido a partir do seguinte planejamento:

UNIDADE DIDÁTICA: Registros da história: linguagens e culturas

Turma: 9º ano

Quantidade de aulas: 14⁵

Objetivo geral da unidade didática: Pesquisar, reconhecer, refletir e aplicar conceitos sobre Educação Patrimonial. Pretendendo, com isso, construir a percepção de identidade, memória e o exercício da cidadania. Compartilhar experiências através do diálogo e das relações interpessoais. Perceber-se como construtor e disseminador do conhecimento.

Figura 21 – Planejamento das ações didáticas

AULA	NATUREZA DA AULA	CONTEÚDOS	AÇÕES DIDÁTICAS
1	Teórica	Os Patrimônios Materiais: construindo conceitos	-Início da aula: mobilização da turma para a temática do projeto. - Primeiro passeio pelo bairro, este de reconhecimento. -Exibição de vídeo com aspectos da trajetória da escola. - Exibição de conceitos sobre memória, identidade, consciência histórica. -Reflexão sobre o que esses conceitos e a história da escola tem em comum.
2	Teórica	Os Patrimônios Materiais: conhecimentos prévios	-Dando continuidade à aula anterior, retomando os assuntos discutidos, os alunos receberão um papel no qual escreverão suas percepções sobre o que entenderam por patrimônio, memória e identidade. -A partir dessa abordagem daremos início ao projeto: <i>Como eu vejo os lugares por onde ando: construindo histórias, formando cidadania.</i> -Com os conhecimentos construídos anteriormente e nesta aula, os alunos refletirão sobre suas memórias e observações acerca do que é patrimônio.
3/4	Prática/ Teórica	Os Patrimônios Materiais: reconhecendo meu valor.	-Com conhecimentos prévios formados, nesta aula trataremos de como eles se veem. -Serão utilizados os versos de Mário Quintana, Autorretrato, cada aluno terá individualmente a poesia por escrito, assim como também será fornecido áudio. -Diante da leitura da poesia, os alunos refletirão sobre quem eles são, como se veem, o que mais chama atenção diante de seus olhos, o que mudariam em si. - Para complementar a atividade de autorretrato, será feita apresentação em vídeo com a música de Toquinho - Gente tem sobrenome - com essa atividade pensar a relação do nome e sobrenome e no primeiro grupo de pessoas que nos relacionamos, a família. -Como tarefa, os alunos farão uma pesquisa em casa sobre seus nomes, a escolha e o motivo pelo qual cada nome foi escolhido.

⁵ A tabela foi organizada de acordo com meus períodos de aula, ou seja, cada encontro utilizou um ou dois períodos, sendo 45 minutos o período, com os quais trabalhei com a disciplina de História no ano de 2021. Sendo assim, cada professor organiza o cronograma como melhor convier na sua prática pedagógica.

5/6	Prática/Teórica	Os Patrimônios Materiais: Reconhecendo meu valor	<p>-Início da aula: ler os resultados da pesquisa. A ideia é estimular a percepção de que cada pessoa é única e tem suas histórias.</p> <p>-Seguindo com as atividades, os alunos responderão um questionário, relacionando o cotidiano de cada um, a ideia é encontrar coisas e opiniões que têm em comum.</p> <p>-Após o questionário, montar um quadro com os temas: idade, bairro, esporte, música, lazer, escola, e propor que conversem sobre suas escolhas.</p> <p>-Ao final das escolhas, montar um painel, onde os alunos possam perceber que toda a ação que fizeram juntos os tornam um grupo, e que este grupo tem uma identidade.</p>
7/8	Teórico/ prático	Os Patrimônios Materiais: a história em minha volta	<p>- Para este encontro os alunos irão ver uma apresentação em Power Point, de uma coleção de fotografias da escola e arredores, com intuito de perceber as mudanças e permanências locais.</p> <p>- No segundo momento, os alunos sairão a passeio pela escola, com o propósito de fotografar aquilo que lhes convier. (caso haja algum empecilho para essa atividade, fica a possibilidade do desenho, onde o aluno tentará, da melhor forma possível, descrever o espaço com que mais se identifica na escola)</p>
9	Teórica	Os Patrimônios Materiais: a história em minha volta	<p>-Reprodução de vídeo feito a partir dos registros fotográficos dos alunos.</p> <p>-A ideia é questioná-los sobre sua identificação com a escola e se a consideram um patrimônio.</p>
10/11	Teórica e prática	Os Patrimônios Materiais: a história em minha volta	<p>-Primeiro momento: roda de conversa e explicação sobre o que é Patrimônio Material, definições e exemplos.</p> <p>- Saída de campo, cada aluno com suas fichas de inventário individual.</p> <p>-Orientar o grupo como proceder à coleta de informações, seguindo orientações das fichas. Cada aluno terá total liberdade de selecionar os bens com os quais se identifiquem.</p>
12	Teórica	Os Patrimônios Materiais: a história em minha volta	<p>-Após o passeio, os alunos relatarão suas observações a respeito do trabalho, considerando suas vivências com a atividades de campo e no inventário produzido.</p> <p>-Na conversa serão levantadas questões como: Qual o bem material que mais chamou atenção e o motivo. O que mudou no entorno da escola? É importante a preservação do bem cultural e por quê?</p>
13	Prática	Os Patrimônios Materiais: a história em minha volta	<p>- Após as considerações trabalhadas na aula anterior, os alunos, de forma coletiva, produzirão um fanzine. Refletirão sobre as questões do bairro em que moram, tratando a relevância e importância sobre suas vidas.</p>
14	Prática	Os Patrimônios Materiais: a história em minha volta	<p>-No último encontro, haverá uma avaliação sobre o projeto realizado, levando em consideração os apontamentos feitos pelos alunos a respeito do projeto.</p>

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é o resultado de minhas inquietudes desde que me tornei professora na E.M.E.F. Dom Henrique Gelain, localizada no Bairro São José, antigo Mutirão, na cidade de Vacaria. Essas inquietações surgiram ao perceber que os alunos não se reconheciam como agentes de sua própria história, como seres capazes de construir e disseminar conhecimento. São alunos que ainda valorizam mais o que o outro tem ou é, do que o seu próprio espaço. Ao entrar no PPGHIS da Universidade de Caxias do Sul e ao longo do curso, com as aulas e conhecimento de trabalhos bem-sucedidos, essa percepção e inquietude foi aumentando. A partir daí, comecei a querer de alguma forma mudar essa situação por meio de uma ação educativa na escola.

Este trabalho tem o intuito de promover a reflexão e o exercício da cidadania, solidificando a participação efetiva dos alunos da escola Dom Henrique, possibilitando que isso aconteça, evidenciando seus lugares de fala e suas percepções a partir do desenvolvimento do projeto de educação patrimonial *“Como eu vejo os lugares por onde ando: construindo histórias, formando cidadania”* juntamente com o ensino de História, disciplina que ministro na escola Dom Gelain.

O projeto teve como referenciais norteadores o Manual de Aplicação de Educação Patrimonial: Inventários Participativos, em conjunto com a dissertação de Ana Paula Santos de Almeida, do PPGH-UCS, que me ofereceram subsídios para criar o projeto. O IPPC (Inventário Participativo de Patrimônio Cultural) é uma ferramenta pública de acesso livre, da qual qualquer um pode fazer uso, sem precisar de licença. Essa ferramenta foi necessária neste projeto para disseminar a ideia do que é patrimônio, para que serve, como trabalhar com as referências culturais. A dissertação de Ana Paula Santos de Almeida, intitulada “Descobrimo o valor das coisas ao meu redor: vivência de educação patrimonial no ensino de História” foi meu norte devido a fatores como: a escolha de uma escola periférica, ser um trabalho alinhado com ensino de História, minha área de atuação, considerar os alunos e comunidade descentralizando o estudo, enfatizando elementos do cotidiano dos alunos.

Com isso foi necessário um estudo maior, como articular campos da identidade, empoderamento, memória, cidadania e de como aderir tudo isso com o projeto, focando no ensino de História, através das aulas dessa disciplina. O projeto foi norteado pelo Documento Curricular Orientador do Município de Vacaria – DCOMVAC, que é um documento elaborado com a participação dos professores do município de Vacaria, alinhado com a Base Nacional

Comum Curricular, BNCC, o qual orienta pedagogicamente e regula este trabalho perante o currículo.

Assim, o trabalho fez uma grande explanação na introdução, explicando não somente para quê e o objetivo de ser criado, como também trouxe várias referências que ajudaram a compreender melhor a necessidade de um projeto dessa magnitude.

No segundo capítulo, fiz uma breve explicação sobre o contexto histórico da cidade de Vacaria, sua formação, como se deram as primeiras presenças humanas, como a economia local traçou os rumos do município. Atualmente, a sociedade local reflete as diferenças dessa economia, tão instável ao longo do tempo, onde os eixos mudaram conforme a necessidade predominante da elite. Permeando essas muitas mudanças, deu-se início ao núcleo urbano conhecido como Mutirão, hoje denominado São José, lugar onde a Escola Municipal Dom Henrique Gelain está situada. Um bairro periférico que cresce constantemente desde a sua formação inicial, com uma demanda cada vez maior quanto à estrutura, que muito mudou com o passar do tempo, porém continua com suas precariedades. A escola Dom Henrique conta com expressivo número de alunos, 450, divididos entre as turmas da pré-escola até o nono ano do ensino fundamental. Esses alunos são oriundos do próprio bairro, mas também de bairros vizinhos e interior. Dentro desse contexto, insiro-me na comunidade, como professora recém nomeada, cheia de expectativas e muitos anseios. Conforme o tempo passa, vou percebendo as carências de muitos dos meus alunos, uma carência não só financeira, mas disfarçada de menosprezo, manifestada pelas vozes silenciadas pela falta de oportunidade. Assim, com minha iniciação no mestrado profissional, vou percebendo como posso auxiliar meus alunos a modificar seu olhar, valorizando e respeitando seu espaço e suas histórias.

O terceiro capítulo conta com a articulação do projeto intitulado ***“Como vejo os lugares por onde ando: construindo histórias, formando cidadania”*** onde pretendo trabalhar efetivamente com os alunos em uma ação de educação patrimonial, voltando as atividades para a participação eficaz do educando.

O projeto foi dividido em três módulos integrativos entre si. Esses módulos seriam concebidos em um total de 14 (quatorze) aulas, entre teóricas e práticas, conforme o quadro exposto. No primeiro módulo está a proposta do projeto, com uma breve apresentação manifestando a intenção de despertar a curiosidade do aluno.

No segundo módulo o aluno terá uma participação mais intensa e é nesse módulo que se organizará o trabalho de campo. Primeiramente, o próprio reconhecimento, sua história, seguindo do reconhecimento da escola, para depois das reflexões e atividades voltarmos para o reconhecimento dos arredores. Aqui farão análises através das fichas (roteiro), fotografando

(desenhando), descrevendo, entrevistando...estas atividades ficarão à escolha do aluno, que irá inventariar o bem que considera importante de reconhecimento.

O terceiro módulo é o fechamento das atividades, roda de conversa para discutirmos as percepções acerca do projeto, criação do fanzine, para divulgar o que foi estudado e uma avaliação final, onde o aluno deverá fazer suas considerações acerca do trabalho.

Para finalizar, este projeto tem como finalidade incentivar a participação dos alunos em uma proposta de educação patrimonial, com intenção de idear-lhes a valorização do ser, da cidadania, de como seu lugar/espço pode ser respeitado e reconhecido. Este trabalho não tem a intenção de substituir o reconhecimento por órgãos oficiais sobre os patrimônios locais, mas apresenta-se, sim, como uma ferramenta de participação em um trabalho pedagógico de, e para o exercício da cidadania.

O projeto aqui apresentado tornou-se a faceta propositiva de meu estudo, ou o “produto”, como se tem chamado nos mestrados profissionais. Muitas foram as dificuldades, levando em consideração que ainda estamos sofrendo com a pandemia de COVID-19, a qual nos privou de contato físico com a comunidade escolar, especialmente com os estudantes. Por isso, não foi possível colocá-lo em prática de fato, o que era a ideia inicial. Mas conforme os retornos presenciais vão acontecendo, há a possibilidade de aplicação e, em breve, será colocado em prática conforme as diretrizes estudadas e os caminhos aqui sugeridos. Dessa forma, novas reflexões, oriundas da validação deste projeto poderão ser realizadas como contribuição para uma educação cidadã.

REFERÊNCIAS

ABREU, Arlene Medeiros; GIRON, Loraine Slomp; GIROTTO, Magali Giuseppina Paim. **Lembranças de Vacaria**. Secretaria Municipal de Educação, Vacaria, 2013.

ALBUQUERQUE, Umbelino Peregrino. Patrimônio Cultural: uma construção da cidadania. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

ALMEIDA, Ana Paula Santos de. **“Descobrimo o valor das coisas ao meu redor”**: Vivências de Educação Patrimonial no Ensino de História. Dissertação (Mestrado). Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

ANDREOLLA, Caroline Lipreri. **Inventário participativo de patrimônio cultural em Fazenda Souza / RS**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

APOLINÁRIO, Juciene R. Reflexões sobre a Educação Patrimonial e experiências da diversidade cultural no ensino de História. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10/03/2022.

_____. **Constituição Brasileira (1988)**. Brasília, 1988. Artigo 205.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Texto de Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/InventarioDoPatrimonio_15x21web.pdf. Acesso em: 30/07/2020.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. N° 9.394/1996. Brasília, 1996.

_____. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história**/ Secretaria de Educação Fundamental- Brasília: MEC/ SEF, 1998.

CIAMPI, Helenice. Mediações entre Ensino de História e Patrimônio. In: ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina B.; PACIEVITCH, Caroline. **Memórias, sensibilidades e saberes**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2015, p. 64-75.

CROSARA, Roberta Caiado Cunha e Cruz Balestra. Educação Patrimonial: Patrimônio Cultural, Cidadania e Educação. **FANAP**, v. 2 n. 2 (2011): Inter link (Ano II, Volume 02, Número 02, jul./dez. de 2011). Acesso em: 10/07/2020.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DOM HENRIQUE GELAIN. **Projeto Político Pedagógico**. Vacaria – RS, 2019.

FIGUEIRA, Cristina Reis; MIRANDA, Lílían Lisboa. **Educação patrimonial no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas.** São Paulo: Edições SM, 2012.

FLORENCIO, Sonia Regina Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átíla Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas.** João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

FRANCO, Adriana de Fátima. O mito da autoestima na aprendizagem escolar. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE).** Volume 13, Número 2, Julho/Dezembro de 2009, p. 325-332. Acesso em: 16/03/2021.

GONÇALVES, Janice. **Da educação do público à participação cidadã:** Sobre ações educativas e patrimônio cultural. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1860> ISSN1981-7207. Acesso em: 10/10/2021.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos.** Brasília: IPHAN, 2004.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. **O que pode o ensino de história?** Sobre o uso de fontes na sala de aula. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008.

LONDRES, Cecília. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átíla Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas.** João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; SILVEIRA, Éder da Silva. **Dossiê Patrimônio e Educação.** Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/agora/index> ISSN on-line: 1982-6737. Acesso em: 30/06/2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho.** Secretaria de Estado da Educação: Porto Alegre, 2018.

SANTANA, Anthony Fábio Torres; PEREIRA, Marcos Villela. **Da constituição da professoralidade ou como alguém se torna professor.** REVELLI, Vol. 11. 2019. Dossiê: Inovação, Tecnologias e práticas docentes. Acesso em: 03/02/2021.

SEFFNER, Fernando. **Aprendizagens significativas em História:** critérios de construção para atividades em sala de aula. In.: GIACOMONI, Marcelo Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (org.) **Jogos e ensino de História.** Porto Alegre: Evangraf, 2013

SPAGNOLO Tobias. **1987 - A escola e o bairro:** o papel da escola Padre Josué Bardin na construção da identidade dos moradores do bairro São João Bosco 1982-1993. Dissertação (Mestrado). Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

VACARIA. **Documento Orientador Curricular.** Prefeitura Municipal de Vacaria, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, 2019.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. **Educação Patrimonial e Aprendizagem Histórica: Percursos Epistemológicos na História Ensinada.** Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/26813>. Acesso em: 30/06/2020.

ANEXOS

Letra da música “Gente tem sobrenome” de Toquinho

Todas as coisas têm nome
Casa, janela e jardim
Coisas não têm sobrenome
Mas a gente sim

Todas as flores têm nome
Rosa, camélia e jasmim
Flores não têm sobrenome
Mas a gente sim

O Chico é Buarque, Caetano é Veloso
O Ari foi Barroso também
E tem os que são Jorge, tem o Jorge Amado
Tem outro que é o Jorge Ben

Quem tem apelido, Dedé, Zacarias
Mussum e a Fafá de Belém
Tem sempre um nome e depois do nome
Tem sobrenome também

Todo brinquedo tem nome
Bola, boneca e patins
Brinquedos não têm sobrenome
Mas a gente sim

Coisas gostosas têm nome
Bolo, mingau e pudim
Doces não têm sobrenome
Mas a gente sim

Renato é Aragão, o que faz confusão
Carlitos é o Charles Chaplin
E tem o Vinícius, que era de Moraes
E o Tom Brasileiro é Jobim

Quem tem apelido, Zico, Maguila
Xuxa, Pelé e He-Man
Tem sempre um nome e depois do nome
Tem sobrenome também

Fotografias da escola e arredores



Fonte: Fotografia de capa do arquivo da escola.

Propaganda administrativa sobre a inauguração da escola

capa
aten-
5ª sé-
mil.

EDUCAÇÃO

Toda a criança na escola

**MAIS
UMA
OBRA**

Escola Municipal D. Henrique Gelain
Bairro São José

Prefeitura de Vacaria
VIVA MAIS SUA CIDADE!
1997 - 2000

SEPLAN

Correio Vacariense
Vacaria, 15 de abril de 2000/11

Fonte: arquivo da escola

Atos de Inauguração da escola



Fonte: arquivo da escola/22 de abril de 2000

Atos de inauguração



Fonte: Arquivo da escola / 22 de abril de 2000.

Primeira festa de São João da escola



Fonte: Arquivo da escola/ julho de 2000

Notícia de jornal sobre ampliação da escola

ESCOLA TERÁ ÁREA DE RECREAÇÃO COBERTA
Adelar Gonçalves/JS

Área de lazer p/ os alunos. *Creche atende 42 crianças.*

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Henrique Gelaim, localizada no Bairro São José terá, dentro de aproximadamente 20 dias, uma área de recreação coberta que servirá de abrigo para os alunos nos meses frios do ano. A obra, que é de estrutura metálica, tem 119 metros de área construída e iniciada há aproximadamente um mês além de ter sido melhorado o sistema de esgoto cloacal da escola. A coordenação dos trabalhos está a cargo da

Arquiteta Suzete Schuler. A entidade que teve suas atividades iniciadas em 28 de fevereiro de 2000 e sua inauguração em 22 abril do mesmo ano funciona em dois pavilhões com salas de aula no andar térreo e andar superior atendendo hoje 370 alunos, com 29 professoras e 14 funcionários incluindo as que trabalham na creche Doce Infância que já no próximo ano deverá estar funcionando junto à própria escola. A diretora daquele estabelecimento de ensino é

a professora Elizabete Maria Cavalleti que conta com a supervisão da professora Gisele Chedid Roveda.

JORNAL DA SERRA
 VACARIA, SÁBADO, 03 DE NOVEMBRO 2001

Fonte: Arquivo da escola.